



Polícia Federal



## ***Superintendência Regional da Bahia*** ***Relatório de Gestão – Exercício 2013***

**Salvador, 27 de março de 2014**

### RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO. ....	8
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	8
1.1.1 Relatório de Gestão Individual .....	8
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	9
1.3 Organograma Funcional.....	11
1.4 Macroprocessos finalísticos .....	12
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	18
1.6 Principais Parceiros.....	22
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	23
2.1 Planejamento da unidade .....	23
2.2 Informações sobre outros resultados da gestão .....	30
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	31
3.1 Estrutura de Governança.....	31
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	32
3.3 Sistema de Correição .....	34
3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU.....	34
3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	35
3.5.1 Metodologia de Cálculo.....	35
3.5.2 Indicador de Governança .....	35
4 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	36
4.1 Execução das despesas.....	37
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	37
4.1.3 Realização da Despesa.....	38
4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	38
4.1.3.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	39
4.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa.....	40
4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	41
4.2.1 Análise Crítica .....	41
4.3 Suprimento de Fundos .....	42
4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	42
4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	42
4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos.....	42
4.3.4 Análise Crítica .....	43
5 GESTÃO DE PESSOAS, TECEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	44
5.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	44
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	44
5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada .....	44
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	45
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções .....	45
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	45
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada .....	46
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	47
5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria .....	47
5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	47
5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	47
5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....	47
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	47
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	49



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013**

5.2.2	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	49
5.2.3	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	50
5.2.4	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 .....	51
5.2.5	Composição do Quadro de Estagiários .....	51
6	Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.....	52
6.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros .....	52
6.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	53
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	53
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional .....	53
6.2.3	Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ.....	54
7	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	55
7.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	55
7.2	Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	57
8	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	58
8.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	58
8.1.1	Deliberações do TCU Atendidas no Exercício .....	58
8.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	59
8.2.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício .....	59
8.2.2	Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	62
8.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93.....	63
8.3.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	63
8.3.2	Situação do Cumprimento das Obrigações .....	63
8.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	64
8.5	Alimentação SIASG E SICONV .....	65
9	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	66
10	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	67
10.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	67
10.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis .....	69
11	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	70
11.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ .....	70
	ANEXO I (Mapa de Arrecadação).....	75



## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AFIS – Sistema Automatizado de Coleta de Impressão Digitais  
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil  
CIAGA – Centro de Instrução Almirante Graça Aranha  
CFTV – Circuito Fechado de Televisão  
CIE – Cédula de Identidade do Estrangeiro  
CNV – Carteira Nacional de Vigilante  
COR – Corregedoria-Geral de Polícia Federal  
CRGE/CE – Coordenação Regional de Grandes Eventos no Estado do Ceará  
EANC – Curso Especial para Condução de Embarcações de Estado no Serviço Público na Navegação Costeira  
DCS – Divisão de Comunicação Social  
DPF – Departamento de Polícia Federal  
DN – Decisão Normativa  
DELESP – Delegacia de Controle de Segurança Privada  
DELEAQ – Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos  
DELEMIG – Delegacia de Polícia de Imigração  
DREX – Delegacia Regional Executiva  
DELEFAZ - Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários  
DELEPREV – Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários  
DELEMAPH – Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico  
DELEPAT – Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio  
DRE – Delegacia de Repressão a Entorpecentes  
DELINST – Delegacia de Defesa Institucional  
DELEFIN – Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos  
DRCOR - Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado  
E-LOG – Sistema Eletrônico de Logística  
GESP – Gestão Eletrônica de Segurança Privada  
IN – Instrução Normativa  
INFRAERO – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária  
IPL – Inquérito Policial  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
NO – Núcleo de Operação  
NFTI – Núcleo de Fiscalização de Tráfico Internacional  
NTI– Núcleo de Tecnologia da Informação  
NIP – Núcleo de Inteligência Policial  
NEPOM – Núcleo de Polícia Marítima  
NUCART – Núcleo de Cartório-,  
NUDIS – Núcleo de Disciplina  
NUCOR – Núcleo de Correções  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PF – Polícia Federal  
PIB – Produto Interno Bruto  
Port. – Portaria  
PPA – Plano Plurianual  
RIC – Registro Civil Único  
CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação  
SISCART – Sistema Cartório  
SINIC – Sistema Nacional de Informações Criminais  
SR – Superintendência Regional  
RG – Relatório de Gestão



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013**

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal  
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos  
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SR/DPF/CE – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Ceará  
SRH – Setor de Recursos Humanos  
SETEC – Setor Técnico-Científico  
SELOG – Setor de Administração e Logística Policial  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
TETRAPOL – Rádio Digital Troncalizado  
TCU – Tribunal de Contas da União  
TI – Tecnologia da Informação  
UG – Unidade Gestora  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UO – Unidade Orçamentária



## LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES

QUADRO A.1.1.1 – Identificação da UJ (Relatório de Gestão Individual) .....	8
Quadro A. 2.2 – Resultado da Gestão .....	30
Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	32
QUADRO A.3.5.1 – Indicadores De Controle Interno .....	35
Quadro A.4.1.1.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa.....	37
Quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação .....	38
Quadro 4.1.3.2 – Despesas Por Grupo E Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação .....	39
Quadro 4.2 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores .....	41
Quadro A.4.3.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	42
Quadro A.4.3.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	42
Quadro A.4.3.3 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) .....	42
Quadro A.5.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	44
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	45
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 .....	45
Quadro A.5.1.3.1 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	46
Quadro A.5.1.4.1 – Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	47
Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada .	49
Quadro A.5.2.2 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva .....	49
Quadro A.5.2.3 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	50
Quadro A.5.2.5 – Composição do Quadro de Estagiários.....	51
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	53
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.....	53
Quadro A.7.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	55
Quadro A.7.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	57
Quadro A.8.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício .....	58
Quadro A.8.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	59
Quadro A.8.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....	62
Quadro A.8.3.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR .....	63
Quadro A.8.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	64
Quadro A.8.5 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV .....	65
Quadro A.10.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. ....	69
Quadro A.1 – Arrecadação x Recebimento.....	75
Quadro A.2 – Unidade Arrecadadora: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia .....	75
Quadro A.3 – Unidade Arrecadadora: Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro da Bahia .....	76
Quadro A.4 – Unidade Arrecadadora: Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus .....	77
Quadro A.5 – Unidade Arrecadadora: Delegacia de Polícia Federal em Porto Seguro .....	78
Quadro A.6 – Unidade Arrecadadora: Delegacia de Polícia Federal em Vitória da Conquista .....	78
Quadro A.7 – Tabela de Receitas por Divisão Migração - CGPI.....	79
Quadro A.8 – Segurança Privada – CGCSP (DELESP) .....	80
Quadro A.9 – Serviço Nacional De Armas – SINARM.....	81
Quadro A.10 – Químicos .....	81
Quadro A.11 – Outros.....	81



## INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia no exercício de 2013, de acordo com as disposições da Instrução Normativa acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e 72/2013, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno. O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria-TCU nº 175/2013.

Como forma de oferecer à sociedade uma prestação de contas dos recursos utilizados nesta Unidade Jurisdicionada, o relatório traz uma síntese das realizações da Polícia Federal no estado da Bahia, abordando suas atribuições institucionais e suas competências e sua organização. A partir dessa apresentação, abordou-se o planejamento estratégico do órgão – Departamento de Polícia Federal - do qual esta unidade descentralizada regional compõe a estrutura.

O vínculo do planejamento com os objetivos estratégicos da Polícia Federal são detalhados de forma a demonstrar a participação desta regional no atingimento dos resultados alcançados no exercício de 2013.

São evidenciadas as dificuldades encontradas na realização de suas atividades, os meios que se dispunha para provê-las, contemplando o quanto foi investido, de que forma e indicando as estratégias de atuação para o cumprimento de sua finalidade.

Foram apresentadas estatísticas de serviços prestados ao cidadão, assim como ações de polícia administrativa e polícia judiciária desenvolvidas pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado da Bahia.

Saliente-se que o subitem 1.3 (organograma funcional) deste relatório considerou apenas os níveis estratégicos da superintendência regional. Dessa forma, constam nesse tópico os dois níveis que, efetivamente, influem na gestão da unidade.

As perguntas relacionadas ao item 7 da Portaria 175 (Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento) dizem respeito às Políticas de Governança institucionais e ao Planejamento Estratégico de TI, questões inerentemente ligadas à gestão central do Departamento. Tais diretrizes são dependentes de estruturas de gestão como o Comitê de Governança em Telemática e resultam na formulação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e das Comunicações. Essas mesmas estruturas, quando tratadas no âmbito das unidades descentralizadas, assumem caráter tático ou operacional, exatamente pelo fato de constituírem o desmembramento da estratégia corporativa em adequação à realidade e às atribuições específicas de unidades componentes da organização.

Em face disto, a informação supra será apresentada unicamente pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, na condição de órgão central da área de TI, responsável pela condução das políticas corporativas para a área. Como consequência, os itens do Relatório foram reenumerados a partir desse item.

Para concluir, também se ambicionou demonstrar neste relatório, a adesão da Unidade Jurisdicionada às leis, regulamentos, normativos internos e outras normas, garantindo a boa e regular aplicação do dinheiro público referente aos atos afetos à gestão dos recursos humanos e materiais.



## 1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO.

A SR/DPF/BA é identificada por meio do Relatório de Gestão individual, por se tratar de uma única Unidade do DPF Jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União no Estado da Bahia. A finalidade e a competência constantes do subitem 1.2 são as previstas na CRFB/1988 e nas normas infraconstitucionais. No organograma do subitem 1.3 constam apenas dois níveis decisórios da Superintendência: o primeiro representa o dirigente máximo da unidade e o segundo, os setores com participação na gestão da superintendência. Nos itens 1.4 e 1.5 constam os macroprocessos finalísticos e de apoio do DPF, que por meio da desconcentração administrativa atribui a cada uma de suas superintendências a responsabilidade por desencadear ações com o fim de atingir os objetivos neles propostos.

### 1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

#### 1.1.1 Relatório de Gestão Individual

#### QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			
Denominação Abreviada: SR/DPF/BA			
Código SIORG: 1141	Código LOA: não se aplica		Código SIAFI: 200033
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.494/0022-60
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 3319-6000	(071) 3319-6026	(071) 3319-6028
Endereço Eletrônico: gab.srba@dpf.gov.br			
Página na Internet: <a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>			
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, CEP 40.460-130, SALVADOR/BA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 70.665, de 02 de junho de 1972, que alterou a estrutura do Departamento de Polícia Federal			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto n.º 6.061/2007, de 15.03.2007, DOU de 16/03/2007.			
- Portaria n.º 2877/2012 - MJ, de 30.12.2011, que aprova o Regimento Interno.			
- Instrução Normativa n.º 13/2005 – DG/DPF, de 15.06.2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
200346	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
200346		00001	



## 1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Bahia é o estado mais populoso do Nordeste, conta com 417 (quatrocentos e dezessete) municípios e uma área com extensão de aproximadamente 570.000 Km<sup>2</sup> (quinhentos e setenta mil quilômetros quadrados), além de uma população de 15.044.137 (quinze milhões, quarenta e quatro mil e cento e trinta e sete) habitantes, conforme estimativa do IBGE para 2013. Possui limite territorial com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Departamento de Polícia Federal, criado pelo Decreto- Lei 6.378/44, é um órgão da administração direta do Governo Federal subordinado ao Ministério da Justiça.

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve “apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.” (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I ao IV, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional, contra a previdência social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, contra os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção às Testemunhas (Lei 9.807/1999).

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, assim, a Superintendência de Polícia Federal na Bahia exerce suas atribuições institucionais no âmbito de sua circunscrição.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia está estruturada em 07 (sete) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência e por quatro (04) Delegacias de Polícia Federal localizadas em Ilhéus, Juazeiro, Porto Seguro e Vitória da Conquista, além de (02) Postos Avançados, nos municípios de Feira de Santana e Barreiras.

A Sede da Superintendência Regional está estruturada conforme a distribuição de setores e subsetores abaixo:

### I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA - SR/DPF/BA:

- a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;



- b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
- c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
- d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
- e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
  - 1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF; e
  - 2. Núcleo Administrativo - NAD;
- f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
  - 1. Núcleo de Operações - NO;
  - 2. Núcleo de Polícia Marítima - NEPOM;
  - 3. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG;
  - 4. Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos - DELEAQ; e
  - 5. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP;
- g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
  - 1. Núcleo de Cartório - NUCART;
  - 2. Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas - DELEPAT;
  - 3. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV;
  - 4. Delegacia de Repressão a Drogas - DRE;
  - 5. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ;
  - 6. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST;
  - 7. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH; e
  - 8. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos - DELEFIN;
- h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:
  - 1. Núcleo de Disciplina - NUDIS; e
  - 2. Núcleo de Correições - NUCOR;

II - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ILHÉUS;

III - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JUAZEIRO;

IV - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PORTO SEGURO; e

V - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Compete à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia:

I - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal;

II - administrar as unidades sob sua subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais;



III - propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição da Polícia Federal, a fim de subsidiar o planejamento operacional das unidades centrais;

IV - executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição da Polícia Federal;

V - apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias;

VI - promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e

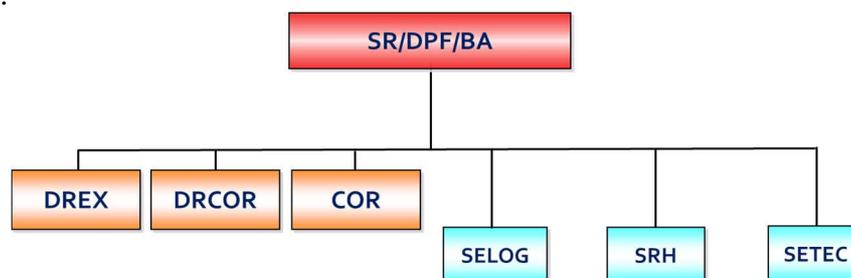
VII - adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamentos e outros materiais sob guarda da Superintendência.

---

### 1.3 Organograma Funcional

---

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado da Bahia está estruturada conforme organograma abaixo:



Competências e atribuições de responsabilidade de cada área:

#### **SUPERINTENDENTES REGIONAIS (SR/DPF/BA):**

Promover o desenvolvimento das atividades, ações e operações referentes às atribuições da Polícia Federal, no âmbito de sua área de competência, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

#### **DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA – DREX E DELEGACIA REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO – DRCOR:**

Planejar, coordenar, controlar, fiscalizar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o disposto no artigo 35 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

#### **CORREGEDORIA-GERAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR**

Dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correicional e disciplinar no âmbito da Polícia Federal, conforme o definido no artigo 14 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

#### **SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL – SELOG, SETOR DE RECURSOS HUMANOS – SRH e SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO – SETEC:**



Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação, conforme o definido no artigo 24 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela portaria MJ nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011.

#### 1.4 Macroprocessos finalísticos

O DPF, como órgão singular, segue as diretrizes emanadas pela Direção-Geral, que traça as bases para a consecução dos objetivos macros da entidade, considerando, para isso, cada uma das unidades descentralizadas em suas idiossincrasias (características geográficas, estrutura, tipos de ilícitos enfrentados, logística necessária, dentre outras).

Dessa forma, cada unidade descentralizada busca nos macroprocessos traçados no âmbito da Direção-Geral o direcionamento das ações que realiza, de forma que o somatório dos processos desencadeados se alinhem, no contexto geral, com o pretendido pelo órgão.

Os macroprocessos finalísticos da Polícia Federal, aos quais esta Superintendência Regional se alinha, foram aprovados pelo Diretor-Geral do Órgão por meio do Despacho Nº 351/2013-GAB/DPF, de 15/04/2013 e consistem nos seguintes:

##### Delegacia Regional Executiva – DREX

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS <sup>1</sup>	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO NO EXERCÍCIO DE 2013
<b>Controle da Segurança Privada</b>	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Confirmação e distribuição de processos; análise dos processos referente a compra de coletes balísticos; análise de processos de atos constitutivos (mudança de endereço, aumento capital social e outros); análise de processo para cadastramento de instrutores de escolas de formação de vigilantes credenciados do DPF; expedição de guias de trânsito não expedidas pelo GESP (gestão de segurança privada); expedição de ofícios e memorandos para outros órgãos, incluindo setores do DPF; recebimento de armas de empresas que ingressam em processo de cancelamento da autorização de funcionamento; entrega de armas recebidas na campanha do desarmamento ao Exército; registro em curso de formação de vigilantes encaminhados pelas escolas de formação; conferência das certidões dos vigilantes das escolas de formação de vigilante; conferência das CNV'S confeccionadas em Brasília para serem encaminhadas as empresas de vigilância; homologação de processos de solicitação de prorrogação de CNV'S das empresas; oitivas de sócios para análise e manifestação em processo de (alteração

<sup>1</sup> Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal



IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO NO EXERCÍCIO DE 2013
	químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos	do quadro societário); informação no sistema SINARM referente a roubo, furto, arrecadação de armas; fiscalização em empresas de segurança, seguranças orgânicas e agências bancárias; verificação de denúncias de atuação de empresas de segurança clandestinas ; emissão de certificado de segurança; emissão de certificado de vistoria de carro-forte; emissão de portarias bancárias; atendimento ao público
<b>Controle de Armas de Fogo</b>	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Registro de ocorrências de armas no sistema SINARM; correções no sistema SINARM (exclusões e alterações de número de arma); fiscalização e orientação de instrutores de tiro e psicólogos credenciados do DPF; análise documental e orientação as prefeituras para formalização de convênios para concessão de porte de arma as guardas municipais (cursos, provas, exigências legais, etc); expedição de ofícios para outros órgãos em resposta a informações relacionadas ao sistema SINARM; recebimento de armas na campanha do desarmamento; entrega de armas recebidas na campanha do desarmamento ao Exército; impressão de registro de arma de fogo; análise, pesquisa e manifestação em processos de requerimento de aquisição, transferência e renovação de registro de arma de fogo; análise, pesquisa e manifestação em processos de solicitação de porte de arma de fogo; confeccionar autorização de trânsito de armas; controle e manifestação para a expedição de porte de arma de fogo para guardas portuários e agentes de presídio.
<b>Controle Migratório</b>	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Registros de movimentos migratórios no Sistema de Tráfego Internacional; processos Administrativos para permanência de estrangeiros; registro de vistos diversos; carteiras de Estrangeiros; processos de naturalização; processos de anistia para estrangeiros; processos de refúgio; prorrogações de prazos de estrangeiros; processo de Igualdade de direitos civis e políticos; expedição de passaporte nacional, além de promover a segurança aeroportuária do estado.



IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO NO EXERCÍCIO DE 2013
<b>Controle de Precursores Químicos</b>	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Orientação ao público dos procedimentos necessários para obtenção da licença pretendida junto ao DPF, através de atendimento pessoal e/ou telefônico; conferência de documentos e recebimento de processos de renovação, alteração e emissão de CRC e CLF e consequente encaminhamento para DCPQ/BSB para seu regular prosseguimento; recebimento e encaminhamento de documentos diversos referentes aos processos do âmbito do setor de produtos químicos do DPF; lançamento de todos os documentos e processos recebidos no SIPROQUIM; fiscalização de empresas para apurar o cometimento de infrações administrativas referente ao exercício de atividades com produtos químicos controlados pelo DPF, com a adoção das medidas pertinentes a cada processo em análise, e posterior envio à DCPQ; realização de inspeção previa das empresas nos processos de requerimento de emissão de CRC e CLF junto ao DPF; cumprimento de termos de ciência expedidos pela DCPQ/BSB; recebimento de denúncias/notícias referentes ao cometimento de infrações administrativas e penais referentes a atividades com produtos químicos controlados pelo DPF, e encaminhamento à chefia para providências adequadas.
<b>Identificação Civil</b>	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Coleta de digitais para fins de expedição de Identidade de estrangeiros e emissão de passaporte, arquivamento no sistema AFIS – Sistema Automatizado de Coleta de Impressões Digitais; implantação do processo de identificação de vigilantes.
<b>Segurança de Pessoas</b>	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: Planejamento e execução da segurança de autoridades nacionais e internacionais durante sua estada dentro do estado da Bahia.
<b>Segurança de Portos e Aeroportos</b>	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no	Para atingir os objetivos do macroprocesso em tela, foram



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO NO EXERCÍCIO DE 2013
	policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.	desenvolvidas as seguintes atividades, no exercício de 2013: É realizada a aplicação do PNAVSEC – Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita – Decreto 7.168/2010, que corresponde a várias ações e medidas de segurança, dentre as quais o controle de acesso de pessoas as áreas restritas de segurança, para evitar ilícitos nela ou nas aeronaves. O conjunto dessas medidas é conhecida como “segurança aeroportuária”; realização de anuências de navios e controle migratório de tripulantes e passageiros.
<b>Investigação Criminal</b>	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Realização de diligências preliminares para averiguar a procedência de notícias de crime, que por si só não ensejem a instauração de inquérito policial; lavratura de Termo Circunstanciados para crimes de menor potencial ofensivo; instauração de Inquérito policial, através de Portaria ou Auto de Prisão em Flagrante, com posterior realização de diligências policiais a fim de comprovação da materialidade delitiva e identificação de autoria; representação por medidas cautelares sigilosas constritivas de direitos a fim de obter provas da prática de crimes cuja investigação seja atribuição da Polícia Federal; realização de monitoramentos telefônicos e de transmissão de dados autorizados judicialmente, com posterior encaminhamento de relatório circunstanciado ao juízo competente; representação por outras medidas constritivas de direito, tais como: Mandado de Busca e Apreensão, Mandado de Prisão, Mandado de Sequestro, visando obter provas da prática criminosa e garantir a aplicação da ação penal; planejamento e Execução de Operações Policiais, objetivando o cumprimento simultâneo de mandados expedidos, para que os mesmos alcancem sua finalidade; realização de análise dos materiais apreendidos em operações policiais; obtenção de cooperação de outros órgãos parceiros, quando autorizados pelo Poder Judiciário; realização de registros em bancos de dados específicos de fatos que auxiliem investigações criminais; cumprimento de diligências requisitadas



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2013

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS 1	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO NO EXERCÍCIO DE 2013
		fundamentadamente pelo Ministério Público, em inquéritos policiais já relatados; cumprimento de diligências, registradas em LRE, oriundas de procedimentos criminais de Tribunais Superiores e processos criminais (stricto sensu), bem como referentes a autorizações judiciais de diligências constritivas de direitos e medidas cautelares.
<b>Identificação criminal</b>	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Em relação à papiloscopia, foram realizados procedimentos de identificação papiloscópica dos indiciados em Inquéritos Policiais com posterior registro no Sistema Nacional de Informações Criminais – SINIC e Inclusão das digitais no sistema AFIS. Em relação às perícias papiloscópicas, os fragmentos de digitais revelados em local de crime ou em objetos encaminhados por autoridade policial foram digitalizadas e arquivadas juntamente com os laudos papiloscópicos ou informações técnicas.



### Núcleo de Inteligência Policial: NIP

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<b>Inteligência Policial</b>	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Atuação direta como unidade de Polícia Judiciária nos casos de investigações sensíveis ou de contrainteligência; apoio operacional às delegacias especializadas, no âmbito de suas investigações, nos casos de necessidade de emprego de técnicas especiais de investigação ou mesmo na falta de capacidade operacional da unidade de Polícia Judiciária; gerenciamento do Sistema Guardião no controle de implementação de interceptações telefônicas no âmbito da Polícia Federal na Bahia; fiscalização na concessão e uso de suprimento de fundo na modalidade verba secreta que se encontrem vinculados a operações policiais em curso; controle do cadastro de operações da Bahia no sistema SICOP/CINTEPOL mantido pela DIP/DPF; solicitação e atendimento de pedidos de outras unidades de inteligência na coleta e ou busca de dados negados no interesse de ações de Polícia Judiciária; realização de investigações social de empregados terceirizados e estagiários, bem como de novos policiais que ingressam na Academia Nacional de Policial e que residiram no Estado da Bahia.

### Sector Técnico Científico - SETEC

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<b>Criminalística</b>	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Planejamento e execução das atividades técnico-científicas de busca, coleta e interpretação de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciais e envolvem – e não se limitam a – trabalhos de campo e em laboratórios especializados; realização de diligências para a coleta de documentos e dados complementares ou suplementares para subsidiar exames periciais; planejamento e/ou executar tarefas específicas de natureza logística ou administrativa (atividades meio), quando necessário, visando o alcance dos objetivos-fins; participação em planejamento, assessoramento e execução de operações policiais ligadas a áreas específicas; promoção de estudos técnico-científicos em suas diversas áreas de atuação;



		disseminação de conhecimentos específicos adquiridos em treinamentos ou cursos de capacitação oferecidos ou referendados pela instituição PF; proposição de substituição ou aquisição de equipamentos específicos, visando o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho e manutenção do nível de conhecimento no estado da arte.
--	--	---

## 1.5 Macroprocessos de Apoio

### Comunicação Social

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<b>Comunicação Institucional</b>	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Vinculação de notícias em mídias regionais e nacionais. Além dessas, a Comunicação Social ainda participou na Copa das Confederações e no Sorteio para a Copa do Mundo FIFA 2014 como Coordenação autônoma. Divulgação de 199 avisos no quadro da Intranet de assuntos diversos: realizações de cursos, convocações para reuniões, convocações para missões policiais, informações relacionadas ao expediente da SR e das descentralizadas, relatórios de produtividade, notas de falecimento, eventos esportivos, entre outros. Manutenção de três murais de avisos nos corredores dos andares da sede da Superintendência; divulgação de 32 mensagens-circulares no quadro da intranet, primordialmente de orientações oriundas dos órgãos centrais do DPF; divulgação das 48 notícias acima citadas no quadro da intranet (intranet.dpf.gov.br/srba); divulgação de dados no Juris-Cor (intranet); Realização de 01 cerimônias de hasteamentos das bandeiras, sendo duas delas em datas comemorativas do aniversário do Departamento de Polícia Federal e Dia do Policial Federal; e realização de cerimônias do VIII SIREN, da entrega de Certificados .



### Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<p><b>Gestão de Tecnologia da Informação</b></p>	<p>Conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização.</p>	<p>Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Integração completa da rede de computadores da SR/BA e do Aeroporto Internacional de Salvador ao domínio PF, seguindo o macroprocesso do projeto de criação do diretório único gerenciado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI. Foram feitas contínuas intervenções de manutenção do parque de equipamentos de TIC instalados com prioridade para substituição dos sistemas operacionais descontinuados. Detalhamento dos registros dos serviços de atendimento do service desk da SR/BA com a identificação, ao final do ano de 2013, de 4.630 atendimentos prestados de suporte técnico, seguindo a IN 04/2010 STLI/MPOG, proporcionando a visão completa do problema e o histórico da atendimento, ampliando a visão do processo de atendimento técnico e melhorando a resolução dos problemas de TIC. Revisão e suporte técnico na rede de radiocomunicação TETRAPOL, melhorias na cobertura do sinal de radiofrequência e operacionalização da rede de radiocomunicação nos Grande Eventos.</p>

### Equipe de Treinamento e Desenvolvimento - T&D

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<p><b>Gestão do Conhecimento</b></p>	<p>Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo.</p>	<p>Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Orientação para instrução de processos visando a participação de servidores em ações de capacitação; organização e encaminhamento de propostas T&amp;D para a CGC/DGP; orientação para promoção de eventos de capacitação internos e externos; análise e manifestação nos pedidos de capacitação; gerenciamento dos cursos a distância (EAD) junto a SENASP, ANP/DPF; representação da ANP/DGP para os Cursos Superior e Especial de Polícia (CSP e CEP); representação da DGP para os Cursos de Formação Profissional (CFP).</p>



### Setor de Recursos Humanos – SRH

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Acompanhamento da avaliação de desempenho dos servidores policiais e administrativos junto às chefias imediatas; orientação dos servidores a fazerem cursos visando o desenvolvimento profissional; instrução de processos de aposentadoria, pensões, abono de permanência, processo de vacância, licença capacitação, auxílio natalidade, auxílio pré- escolar, auxílio funeral, auxílio alimentação, auxílio transporte, adicionais de insalubridade e periculosidade; cumprimento de demandas judiciais recebidas pela UJ, além do acompanhamento de processos de cessão de servidores para outros órgãos. No que diz respeito ao gerenciamento da UJ, foi realizado gerenciamento da folha de pagamento com inclusão e/ou exclusão de rubricas; processos de reposição ao erário, de exercícios anteriores além da instrução e acompanhamento de processos de remoção e ajuda de custo, além do trabalho rotineiro relacionado à gestão de pessoas, como expedição de certidões, inclusão de auxílios, gerenciamento de estagiários e elaboração de aditamento semanal.

### Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Planejamento, compra, empenho, recebimento e pagamento para aquisição de insumos e serviços necessários ao andamento dos trabalhos da UJ.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas consequências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Realização de empenhos, liquidação e pagamento de despesas, dentro da cota orçamentária para o exercício de 2013 definida em portaria; planejamento de utilização das cotas orçamentárias dentro dos limites estipulados pelo Órgão Central, adequando às demandas da UJ.



	atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.	
<b>Gestão de Obras e Edificações</b>	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Elaboração de Projeto executivo para reforma do prédio da SR/DPF/BA; impermeabilização e isolamento térmico de toda a área da cobertura do prédio da SR/DPF/BA, com a utilização material isolante ZENITERM-20 - Spray de Poliuretano; reforma e modernização de três elevadores, sendo um na SR/DPF/BA e dois no prédio da DELESP/DELEAQ/DELEMIG, no Corredor da Vitória; atualização tecnológica no quadro de comandos e instalação de itens de segurança; reforma dos portões de acesso ao estacionamento da SR/DPF/BA, com aquisição e instalação de novo sistema de motorização e automação; acompanhamento da execução do contrato de manutenção predial.

### Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	FORMA COMO A UJ CONDUZIU O MACROPROCESSO EM 2013
<b>Correição e Controles Internos</b>	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Apuração de todas as notícias de possíveis transgressões disciplinares mediante procedimentos próprios; realização de Correições Ordinárias no Cartório, Depósito Cartorário, Carceragem e em parte dos Inquéritos Policiais, com análise de forma de mérito com proposições para melhoria dos serviços; Extração de Informações Gerenciais do SISCART, tais como produtividade por autoridade policial, vencimento dos inquéritos, principais atividades delituosas, etc.

### Núcleo de Correições – NUCOR

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	
<b>Correição e Controles Internos</b>	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária,	Para o cumprimento do macroprocesso, a UJ desempenhou as seguintes atividades na área correspondente, no exercício de 2013: Realização de correições ordinárias e parciais nos inquéritos em trâmite no estado da Bahia assim como a adoção de mediadas visando ao saneamento dos registros dos sistemas que controlam a atividade de polícia judiciária



## 1.6 Principais Parceiros

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PARCEIROS INTERNOS	PRINCIPAIS PARCEIROS EXTERNOS
Comunicação Institucional	DCS/GAB/DREX/DRCOR	INSTITUIÇÕES DE IMPRENSA EM GERAL
Correição e Controles Internos	GAB/COR/COGER	MPF/CGU/AGU/TCU
Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI/GAB/SETEC	DATAPREV e SERPRO
Gestão do Conhecimento	DGP/ANP/UCI	UNIVERSIDADES E CENTROS DE APRIMORAMENTO
Gestão de Pessoas	DGP/NUMED/GAB/NASS/NAT/SEF	MPOG/MJ
Logística	DLOG/COAD/DREX/GAB/DCS NIP/NTI/CGTI	AGU/MPOG/MJ/MPT/ TCU/CGU
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	COF/DLOG	STN/MF
Inteligência Policial	DIP/GAB/INTERPOL	GRUPOS DE INTELIGÊNCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES (CEF, CGU, RFB, MPF, MPE, ECT...)
Controle da Segurança Privada	CGCSP/DREX	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS e EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA
Controle de Armas de Fogo	DARM/DREX	EXÉRCITO/IBAMA e CPC/POLÍCIA CIVIL/BA
Controle Migratório	CGPI/DREX/SAER	INFRAERO/ANAC/SERPRO
Controle de Precursores Químicos	CGPRE/DREX/DCPQ	ANVISA e CPC/POLÍCIA CIVIL/BA
Identificação Civil	INI/DREX	ÓRGÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA (INSTITUTO PEDRO MELLO), ÓRGÃOS DE IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS ESTADOS
Segurança de Pessoas	DSP/DREX	GSI-PR E DEMAIS POLÍCIAS
Segurança de Portos e Aeroportos	CGPI/DREX/SAER	MARINHA/AERONAUTICA INFRAERO/CODEBA
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	CGDI/DREX/NASS/DSDE	GRUPOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
Investigação Criminal	DICOR/DRCOR/COR/COGER/NIP/DIP/ OUTRAS UNIDADES DO DPF	MPF/PM/PC/CGU/INSS/PRF TRIBUNAIS FEDERAIS/RFB
Identificação criminal	INI/DREX	INSTITUTOS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL
Criminalística	INC/GAB/DREX/DRCOR	INSTITUTO CRIMINALÍSTICA ESTADUAL



## 2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

Em 2013 foram mantidos os objetivos estratégicos do órgão, instituídos pela Portaria nº 1735/2010 – DG/DPF, de 03 de novembro de 2010.

Toda a atuação da instituição Polícia Federal tem como NEGÓCIO a Ciência Policial, como objetivo o atendimento da MISSÃO da instituição que é exercer as atribuições de polícia judiciária e administrativa da União, a fim de contribuir na manutenção da lei e da ordem, preservando o estado democrático de direito. Para, assim, atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é tornar-se referência mundial em ciência policial. O exercício das funções pautado nos valores: coragem, lealdade, legalidade, ética e probidade e respeito aos direitos humanos.

O item 2.2 e os quadros 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3.1, 2.2.3.2 e 2.2.3.3, tomando por base a numeração da portaria 175/2013 – TCU, não se aplicam à esta UJ devido ao fato de se tratarem de informações de nível macro de agregações, ficando a cargo do MJ sua consolidação e do órgão central no que couber.

O Quadro 2.2.3.4, tomando por base a numeração da portaria 175/2013 – TCU, não se aplica ao DPF por se tratar de informações relacionadas à administração indireta.

No item 2.3 da citada norma (informações sobre outros resultados da gestão) foram citadas as variáveis que compõem o Índice de Produtividade Operacional das superintendências do DPF, de janeiro a dezembro de 2013. Esses dados, bem como o respectivo índice, encontram-se publicados no Boletim de Serviço nº 034, de 18 de fevereiro de 2014.

Os demais itens e quadros foram renumerados, levando-se em conta a exclusão dos itens e/ou quadros acima relacionados.

---

---

### 2.1 Planejamento da unidade

---

---

A seguir estão listados os objetivos institucionais aos quais se vincula esta UJ:

#### **I. Consolidação da cultura de planejamento por meio da Metodologia de Gestão de Projetos**

No intuito de ajustar-se ao objetivo Institucional de Fortalecer a cultura de gestão estratégica da Polícia Federal e alinhar-se aos atos da Unidade Central, a Superintendência Regional de Polícia Federal na Bahia, mediante ato do Senhor Superintendente Regional, instituiu em 01/06/2012, através da Portaria nº 22, a Unidade Integrada de Gestão Estratégica – UIGE, e dentro dessa estrutura, o Escritório de Gestão de Projetos Setorial – EGPS/UIGE/SR/DPF/BA, que tem dentre outras atribuições, acompanhar o portfólio de projetos e processos; acompanhar, gerenciar e prestar consultoria aos gerentes de projetos da SR/BA e das demais unidades descentralizadas.

O ano de 2013 representou a consolidação do Gerenciamento de Projetos na SR/BA. Destaca-se precipuamente toda a atividade de planejamento para a atuação da Polícia Federal na segurança dos eventos “Copa das Confederações – FIFA – 2013” e “Sorteio da Copa do Mundo – FIFA – 2013”.

Foram desenvolvidos planos que envolveram dezessete gerentes titulares e dezessete gerentes adjuntos de projetos, totalizando aproximadamente 34 servidores, responsáveis pela elaboração dos Termos de Abertura de Projeto, dos Planos de Ação e dos Planos de Gerenciamento do Projeto das áreas de Comando e Controle, Comunicação Social, Controle de Armas, Controle Migratório, Cooperação Internacional, Corregedoria, DVI, Inteligência, Logística, Polícia Marítima, Operações Especiais, Segurança Aeroportuária, Segurança Cibernética, Segurança de Dignitários, Segurança Privada, Varreduras e Contramedidas e Telecomunicações.



É necessário citar também outro importantíssimo projeto, relativo à “**Renovação do Parque Tecnológico do PROSMASP (Portaria nº 3024/2012-DG/DPF)**”, se tratando, este, da atualização técnica dos equipamentos utilizados no processo de emissão de Passaportes pelo DPF, visando a torná-lo melhor, mais seguro e cada vez mais célere, agregando maior eficiência a todo o procedimento.

Informa-se, adicionalmente, que o planejamento técnico/operacional para a atuação da Polícia Federal na “**Copa do Mundo – FIFA – 2013**” será realizado também por meio da referida metodologia, sob a coordenação do Escritório de Gestão de Projetos Setorial – EGPS/UIGE/SR/DPF/BA.

Por fim, esta administração deseja destacar que a utilização de procedimentos metódicos para o planejamento vem trazendo excelentes resultados, permitindo estar mais bem organizado para as mais diversas atividades, com elevado grau de prevenção para as eventuais circunstâncias que possam vir a ocorrer. É fato que esta metodologia será cada vez mais amplificada e será ferramenta essencial para a maior profissionalização da administração pública no âmbito do DPF, especialmente na Bahia.

## **II. Valorizar o servidor**

Estabelecer políticas concretas de valorização do servidor é compreendido como condição imprescindível para se atingir os níveis necessários de excelência no atendimento à sociedade brasileira, entre as principais iniciativas desta UJ com esta finalidade destacam-se:

Manutenção do Setor de Educação Física - SEF visando à promoção da saúde das pessoas, promovendo ações educativas que buscam orientar sobre a importância da atividade física regular no estabelecimento do bem estar, como também a fim de fomentar a adoção de práticas e posturas no ambiente de trabalho que o tornem mais ergonômico e contribua para diminuir a incidência de eventuais doenças laborais;

Melhoria na estrutura de atendimento do Núcleo Médico, que, transferido para o edifício localizado no corredor da Vitória, oferece condições físicas mais adequadas para receber servidores que necessitem dos serviços sob sua atribuição. Há a perspectiva de que a equipe de médicos desta SR venha a servir a outros órgãos da Administração Pública Federal, mediante convênios específicos;

Ampliação das ações de treinamento no âmbito das práticas profissionais policiais, representada especialmente pelos treinamentos em armamento e tiro promovidos pelo Núcleo de Armamento e Tiro – NAT, com a finalidade de tornar os policiais federais cada vez mais capazes e seguros no manejo e utilização de armas de fogo, gerando assim proteção continuada para todos os policiais e proporcionando, adicionalmente, um maior grau de segurança para a sociedade;

Campanha de vacinação a fim imunizar os servidores e conscientizá-los da importância da prevenção nos cuidados com a saúde, não a negligenciando e sempre buscando enxergar os sinais de eventuais alterações dela, tanto do ponto de vista físico, quanto psíquico;

Continuação do processo de renovação do parque de viaturas, objetivando a segurança dos servidores nos deslocamentos terrestres, necessários ao exercício das atividades típicas de polícia;

Renovação do parque tecnológico da Superintendência, melhorando as condições de trabalho dos servidores.



### **III. Ampliar a credibilidade Institucional**

A administração da UJ entende que a imagem da Polícia Federal no estado da Bahia, assim como em todo o país, está inserida num contexto que é definido precipuamente por ações que contribuam solidamente para a ampliação da sensação de justiça na sociedade brasileira. Sob esta ótica, o DPF tem investido em ampliar o alcance da segurança pública à população como um todo. Ademais, busca-se também melhorar a execução de toda a gama de serviços administrativos que presta ao cidadão.

Neste prisma, esta UJ tem trabalhado para tornar mais céleres as investigações criminais que executa, sem que para isso haja perda de qualidade, mas, muito pelo contrário se tem buscado que os inquéritos policiais estejam cada vez mais bem instruídos, de modo a poderem representar significativamente a obrigação do estado de manter a ordem, com justiça. Como fruto deste trabalho foram deflagradas relevantes operações policiais voltadas ao combate do desvio de verbas públicas e crimes do “colarinho branco”, assim como contra os crimes que afetem a dignidade da pessoa e firam os direitos humanos.

Do ponto de vista administrativo, há que se destacar a atuação desta Superintendência na segurança dos eventos “Copa das Confederações – FIFA 2013” e “Sorteio da Copa do Mundo – FIFA 2014”, quando exerceu atividades multidisciplinares e colaborou de forma imprescindível com a segurança para o sucesso do evento. Todo o aprendizado adquirido será empregado na realização do papel institucional do DPF na segurança da Copa do Mundo que se avizinha.

Ainda, ressalta-se a atualização tecnológica que esta UJ alcançou, em conjunto com todo o DPF, para melhorar significativamente o atendimento ao público externo, no que concerne ao serviço de emissão de Passaportes. Tal planejamento visa a diminuir o tempo de resposta ao cidadão ao conferir robustez aos sistemas utilizados.

### **IV. Reduzir a criminalidade**

Esse é um dos pilares essenciais que justificam a existência da Polícia Federal e, mais do que isso, é objetivo incessantemente buscado em cada todas as ações planejadas por esta Superintendência Regional.

Em todos os procedimentos, melhorias, reestruturações, e tudo o que seja adotado pela administração a fim de se executar o planejamento da instituição, visa-se, precipuamente, a diminuição dos níveis de criminalidade observados no Brasil, especialmente no que concerne à atuação de organizações criminosas. Na execução de sua atribuição de Polícia Judiciária da União está voltada para a qualidade da prova produzida durante a investigação, resultando em inquéritos policiais consistentes que são bem acolhidos na fase judicial.

No tocante à UJ Superintendência do DPF na Bahia, destacam-se as ações de inteligência policial, associadas a todos os procedimentos operacionais necessários, das atividades externas à produção de prova pericial, que visam à prevenção e a repressão de crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, com grande ênfase em evitar os prejuízos ao erário, combater a lavagem de dinheiro obtido com atividades ilícitas, e, ainda, evitar os graves delitos contra a dignidade da pessoa, implicando em violação aos direitos humanos.

Adicionalmente é importante destacar o diligente planejamento efetuado nesta UJ a fim de se estabelecer uma consistente atuação da Polícia Federal na segurança dos grandes eventos internacionais realizados em sua circunscrição no ano de 2013, culminando com a Copa do Mundo neste ano de 2014. Tal procedimento é fruto também das atividades cooperativas entre esta Polícia Federal e as demais forças de segurança, tais como, PRF, Polícia Civil, PM e, especialmente, as Forças Armadas.

Sobressaltam neste esforço as ações de proteção às crianças e adolescentes, sob a forma de um planejamento que iniba contundentemente quaisquer remotas possibilidades de abusos de caráter



sexual, notadamente aqueles que, circunstancialmente, tentam se estabelecer em eventos internacionais com as características e magnitude da Copa do Mundo – FIFA 2014.

#### V. Promover a cidadania

Em absolutamente todas as suas ações e, por conseguinte, em todo o seu planejamento, o Departamento de Polícia Federal considera como um de seus principais objetivos a promoção da cidadania.

Em sua essência, todas as operações policiais de repressão a crimes, especialmente os “lesa pátria” têm, intrinsecamente, caráter pedagógico que em alguma instância promove a cidadania. Considere-se que a partir da verificação de que o crime não compensa, quando se observa a real possibilidade de punição àqueles usurpam os recursos públicos, todos os demais cidadãos na sociedade passam a avaliar que existe o “risco” real de punição e que as ações contra tais mal feitos são responsabilidade de todos. Na realidade, enquanto Polícia Judiciária da União o DPF trabalha para, em conjunto com as demais esferas do estado democrático de direito, se atingir um amadurecimento em que a haja **certeza da punição** em todos os crimes cometidos no nosso país.

Ademais, ressalte-se que ao exercer uma profunda e diligente vigilância na aplicação dos recursos da União, que em primeira e também em última instância pertencem à nação brasileira, a Polícia Federal contribui para a indispensável consolidação das instituições protetivas da Federação, auxiliando na formação de uma cultura nacional pautada por forjar cidadãos conscientes de seus direitos e obrigações, certificados de que é essencial ter retidão de caráter para se alcançar os seus objetivos.

Além do exposto, esta instituição promove a cidadania ao realizar relevantes atendimentos ao público, especialmente quanto à emissão de passaportes, nos mecanismos de controle do uso e disponibilização de armas de fogo, munições, produtos químicos sujeitos a autorização de uso, na área de imigração com o atendimento aos estrangeiros na condição de turista, ou radicados no país, assim como na fiscalização das empresas prestadoras de serviço de segurança privada.

Por fim, destacam-se os esforços em combater os crimes contra os direitos humanos, precipuamente os que tratam de tráfico internacional de seres humanos para fins de escravidão sexual, assim como todos aqueles que põem em risco a integridade e a dignidade das pessoas e, especialmente, os que eventualmente envolvam agressões a crianças e adolescentes.

#### VI. Incrementar acordos e parcerias

Acordos e parcerias com outros órgãos da Administração Pública, principalmente, mas também com entidades da sociedade civil organizada, têm se mostrado como uma forma eficaz e útil para ampliar o alcance e melhorar os serviços públicos essenciais à sociedade.

Por meio destes procedimentos, busca-se aperfeiçoar a relação entre órgãos, melhorar o fluxo de informações, que são mais bem compreendidas em conjunto do que isoladamente, a fim de tornar o andamento as atividades mais célere e eficiente.

Ademais, outro aspecto relevante a ser citado é a possibilidade de propiciar melhorias nas estruturas físicas das instituições públicas, ao torná-la beneficiária de um Termo de Ajustamento de Conduta - TAC a que um particular, normalmente pessoa jurídica, seja submetido como penalização, por exemplo, por descumprimento de obrigações trabalhistas.

Consciente do exposto acima, esta UJ tem firmado relevantes parcerias, destacando-se:

- Cooperação com as prefeituras das cidades de Barreiras e Feira de Santana que auxiliaram na implantação dos postos avançados da Polícia Federal nestas localidades;



- Colaboração mútua entre órgãos de fiscalização e controle, tais como CGU, RFB e AGU, e também com o MPF, a fim de ampliar e conferir maior agilidade às ações de combate ao crime organizado;

- Parceria com o MPT permitindo a realização de melhorias na estrutura física da SR/DPF/BA, ao direcionar a esta UJ o cumprimento de obrigações por parte de empresas privadas que têm que cumprir TACs.

## **VII. Otimizar o emprego de bens e recursos materiais**

A tarefa de gerenciar recursos públicos impõe precipuamente ao Gestor o desenvolvimento de meios que permitam “realizar o máximo” com os expedientes disponíveis, ainda que estes atinjam níveis mínimos.

No cenário econômico mundial contemporâneo, a administração executiva federal tem se visto na obrigação de efetuar readequações orçamentárias, que por sua vez implicam diretamente em corte de valores monetários que seriam dispendidos na administração direta.

Em virtude das circunstâncias impostas, conforme acima exposto, o DPF tem vivenciado importantes situações de redução orçamentária e financeira nos últimos anos. Ora, é fato que as restrições ao órgão como um todo se refletirão em suas UJs.

No caso da SR/DPF/BA a administração entendeu ser imprescindível empreender todos os esforços possíveis, a fim de realizar análises e estudos para reduzir a níveis mínimos inúmeras despesas desta unidade.

Neste contexto, esta UJ buscou primar pela qualidade de qualquer gasto efetuado, além de, quando necessário, evitar, adiando ou cancelando definitivamente, despesas pertinentes à sua administração, ainda que pudessem ser muito importantes, sempre buscando minimizar o quanto possível o impacto causado às atividades desenvolvidas. Por outro lado, foram ampliados os controles e realizada conscientização na utilização de insumos, a fim de reduzir os dispêndios, tanto nos pagamentos às concessionárias de serviços públicos, quanto pela diminuição das quantidades de insumos materiais a serem adquiridos para a realização plena de suas atividades, sempre objetivando garantir que o planejamento bem executado resultasse no suprimento das necessidades prementes da UJ, mesmo diante da escassez de recursos.

## **VIII. Governança em Tecnologia da Informação**

As ações de governança em TI, no contexto do DPF, têm se regido pela contínua busca de promover a utilização de recursos que colaborem substancialmente para uma atuação de excelência do órgão, refletida essencialmente no aprimoramento do atendimento à sociedade, nos serviços administrativos que disponibiliza à população.

Para tanto, o DPF vem aprimorando seus métodos de planejamento e gestão nesta área, com intuito de racionalizar os recursos disponíveis, para que a renovação e atualização de parque tecnológico acompanhem as necessidades que se lhe impõem, adequando-se aos valores financeiros disponíveis.

Neste contexto, cabe à esta UJ apenas o acompanhamento das diretrizes emanadas pelo órgão central, atendendo integralmente a todos os cronogramas e procedimentos que impliquem em ações voltada à Tecnologia da Informação.

Inobstante ao exposto, naquilo que lhe era pertinente, esta UJ empreendeu todos os esforços possíveis, para concluir com êxito a renovação do parque de equipamentos de TI, necessários para a manutenção e ampliação dos serviços prestados à sociedade baiana. Tais ações alcançaram sucesso e resultaram no aprimoramento dos equipamentos utilizados pelos servidores na execução de suas atribuições diárias, além de, principalmente, ter propiciado a completa substituição dos insumos de



informática imprescindíveis para prestar com excelência os serviços de Emissão de Passaportes no estado da Bahia.

## **IX. Integrar orçamento e planejamento**

Esta UJ, por força da legislação vigente, tem seu orçamento estabelecido por meio de portaria expedida anualmente pelo Diretor-Geral, a qual apresenta os valores destinados a cada uma de suas Unidades Gestoras a fim de programarem suas atividades para o exercício seguinte, sendo garantida, inclusive, a possibilidade de eventuais adequações específicas para compatibilizá-lo com planejamento também previamente estabelecido.

Entretanto, é fato que o modelo orçamentário utilizado no Brasil nas últimas 3 décadas tem levado a Administração Pública Federal a sucessivos procedimentos de contingenciamento do orçamento originalmente aprovado, o que, via de regra, ocasiona importantes prejuízos à execução do planejamento efetuado, obrigando recorrentemente os gestores a reverem suas prioridades e objetivos a fim de adequar sua necessidade à realidade imposta pelos novos limites de recursos.

Neste plano, para além dos procedimentos de aprimoramento da utilização dos recursos disponibilizados, já intrinsecamente incutidos em todos os servidores que executam atividades de gerenciamento na UJ, a SR/DPF/BA tem buscado formas de associar o planejamento das áreas fim, com o conhecimento e habilidades da área meio, a fim de correlacionar estas informações para gerar uma análise crítica que permita à administração determinar, quando necessário, quais serão as prioridades da Unidade.

### **Estratégia de atuação frente aos objetivos estratégicos**

Conforme já anteriormente exposto, é fato que o atual panorama econômico, tanto em âmbito nacional, quanto em caráter mundial, levaram o governo federal a efetuar um acentuado corte nos recursos orçamentários e financeiros indispensáveis à manutenção do Departamento de Polícia Federal, o qual necessariamente é refletido em cada uma das UJs que o compõem, como é o caso da SR/DPF/BA.

Ora, é inequívoco que a plena execução do planejamento de uma instituição, ou mesmo de parte dela, prescinde da utilização de recursos financeiros para a realização do custeio e manutenção da estrutura já existente, assim como para a execução de investimentos que visam a tornar a unidade mais adequada às necessidades impostas pelo refinamento das atividades de organizações criminosas, e também pelo indispensável aperfeiçoamento do atendimento à população.

Sob esta ótica, os últimos 04 (quatro) anos, e, bem especificamente o exercício de 2013, têm demandado relevantes ajustes macro orçamentários e financeiros durante a sua execução, já que é necessário se adequar aos valores disponibilizados, o que tem sido feito, sinteticamente, levando as despesas de custeio das atividades aos níveis mínimos suportados e adotando execução de investimentos a níveis próximos de zero.

À parte deste quadro geral, no âmbito da SR/DPF/BA coloca-se apenas a execução do projeto executivo para a reforma do edifício sede desta SR/DPF/BA, haja vista que consta do PPA do DPF e por isso teve seus valores excluídos dos cortes de recursos. Ademais, a título de investimentos, as importantes intervenções realizadas, especialmente em Tecnologia da Informação (tanto ordinária, como na área de emissão de Passaportes), se deu sempre sob a orientação e consequente liberação de recursos por parte da administração central do DPF.

Importante é ressaltar que circunstâncias de contingenciamento orçamentário também servem para tornar indispensável a atuação da administração para ampliar a qualidade de qualquer gasto efetuado, obrigando a UJ a efetuar seletividade em seus dispêndios, seja evitando e/ou mesmo cancelando algumas despesas pertinentes à sua administração. O fato é que se buscou sempre



minimizar o quanto possível os impactos eventualmente causados às atividades desenvolvidas, para reduzir os riscos existentes.

Ainda, esta administração efetuou gestões a fim de ampliar a o provimento de aos servidores enquadrados no Plano Especial de Cargos, uma vez que estes devem ser os principais responsáveis pelas atividades meio da instituição, de modo a permitir um refinamento dos processos relativos à administração geral da superintendência, possibilitando o aperfeiçoamento da execução das atribuições finalísticas do órgão. Como resultado deste esforço, esta SR/DPF/BA deverá ter agregada ao seu corpo de trabalhadores, 14 servidores administrativos, a partir do mês de Abril de 2014. Os referidos funcionários serão integrados às atividades mais imprescindíveis para que se alcancem melhorias significativas na gestão de recursos desta UJ.

Informa-se também que esta administração tem buscado formas de tornar a estrutura de trabalho no âmbito desta SR mais adequada, ergonômica e, conseqüentemente salutar, tanto ao público interno, quanto externo. Para tanto tem buscado recursos internos e também parcerias com órgãos externos, destacando-se o Ministério Público do Trabalho.

Por fim, frisa-se que a governança desta UJ objetiva precipuamente alcançar maior grau de profissionalização em sua gestão, reconhecendo a importância das atividades meio, criando a Unidade de Controle Interno, propiciando treinamento dos seus servidores, incluindo os Ordenadores de Despesas, fortalecendo a equipe do Setor de Administração e Logística Policial, ampliando as ações de melhorias nos processos de gestão de pessoas, no gerenciamento de material, refinando a medição, supervisão e controle de seus macro e micro processos, sejam eles meio ou finalísticos.

### **Execução do Plano de Metas ou de Ações**

O **Plano de Metas Anual** da UJ ou PMA é um instrumento constituído pelo Departamento de Polícia Federal com a finalidade de se conhecer e apresentar as diretrizes que permearão as atividades naquele exercício. Nele estão estipuladas as melhorias ambicionadas em várias áreas e aspectos, especialmente aqueles relativos à estruturação física da Unidade e do aperfeiçoamento de seus setores, procedimentos e processos em geral, contemplando, inclusive, estimativas orçamentárias que eventualmente demandarão, além de prazos de início e conclusão da implantação.

Como uma das principais metas desta UJ, a fim de propiciar condições de trabalho mais adequadas e propícias à execução de uma investigação criminal de excelência, foi concluído o processo licitatório para a elaboração do Projeto Executivo para a reforma do edifício sede da SR/DPF/BA, o qual terá como pilar a obediência às normas de ocupação do espaço emanadas do MPOG, as mais modernas diretrizes de ergonomia alusivas à realização da atividade policial, além das premissas mais atuais em termos de prover acessibilidade à todos os cidadãos que demandem os serviços desta UJ.

O Projeto Executivo tem previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2014. Ato contínuo, serão iniciadas gestões para reinserção no Plano Plurianual do DPF de maneira a viabilizar a realização da respectiva licitação, a fim de iniciar as citadas obras o mais brevemente possível. Importante destacar que foram realizados pequenos, mas importantes ajustes na estrutura física das delegacias do interior do estado, visando melhor adequação às necessidades de atendimento à população em cada uma delas.

Outrossim, ressaltam-se as ações de treinamento e desenvolvimento que propiciaram à grande parte dos servidores lotados nesta SR/DPF/BA maior grau de preparação para as atividades finalística que executam diariamente, resultando em importante melhoria no atendimento à população.

Adicionalmente frisa-se que era meta desta UJ aperfeiçoar as atividades pertinentes ao seu Serviço de Logística e Administração Policial, que gerencia tanto as aquisições, quanto administra a execução orçamentária, financeira, de material, assim como a execução dos contratos, especialmente os de serviço contínuo. Para tanto, está sendo concluída a reestruturação do setor, baseada essencialmente na ampliação do quadro de servidores lotados nas respectivas atividades, além da



vinda de servidores especialistas, lotados no órgão central a fim de realizarem orientação, com foco especial no aprimoramento dos colaboradores lotados nesta UJ.

Por fim, é necessário o destaque à determinação desta administração de que cada setor, especialmente nas pessoas de seus respectivos chefes, realize refinado acompanhamento de todas as metas que se propuseram a atingir quando da elaboração dos seus PMA. É objetivo desta gestão que a sua equipe de governança siga periodicamente os relatórios de evolução do PMA, para durante o decorrer do exercício supervisionar a execução e demandar eventuais ajustes.

---

## 2.2 Informações sobre outros resultados da gestão

---

A SR/DPF/BA produziu os resultados listados abaixo no exercício de 2013. Ressalte-se que essa produção não está diretamente atrelada aos ditames financeiros e orçamentários expressos na Lei Orçamentária Anual, demonstrando, com isso, a gestão da UJ frente aos diversos temas de sua competência:

### QUADRO A. 2.2. RESULTADO DA GESTÃO

Ações	Quantidades
Inquéritos policiais Relatados	2.292 unidades
Operações Policiais Realizadas	12
Prisões e Conduções Coercitivas Realizadas	32
Mandados de Busca e Apreensão Realizados	102
Flagrantes Realizados	113
Indiciados	1.229
Maconha Apreendida	1.689,43 Kg
Cocaína Apreendida	545,92 Kg
Perícias Realizadas	1.209
Passaportes Emitidos	65.230 unidades
Agências Bancárias Vistoriadas	731 agências
Empresas de Vigilância Vistoriadas	200 empresas
Empresas de Produtos Químicos Vistoriadas	468 empresas

Fonte: Boletim de Serviço nº034- DPF, de 18 de fevereiro de 2014



### **3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO**

O Item 3.3, tomado como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, por se tratar de solicitação de informações sobre remuneração a administradores de estatais não se aplica ao DPF, deixando, desta forma, de serem preenchidos o item 3.3.1 - Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal e os Quadros A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal, A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores e A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores.

Os demais itens e quadros foram renumerados, levando-se em conta a exclusão dos itens e/ou quadros acima relacionados.

---

#### **3.1 Estrutura de Governança**

---

A SR/DPF/BA, como órgão integrante da Administração Direta, tem sua estrutura de governança interna pautada por instâncias que não se confundem com aquelas presentes na Administração Indireta (unidades de auditoria, comitês de avaliação, conselhos etc).

Contudo, há que se considerar as ações desenvolvidas pela Unidade com o fim de evitar o personalismo na condução da missão que lhe foi atribuída. Dessa forma, a UJ faz uso de instruções de serviço que disciplinam algumas de suas atividades. Além disso, a Superintendência pauta sua conduta nas leis e nos normativos (instruções normativas e portarias) editadas pelo órgão central para todo o DPF.

Registre-se ainda que em meados 2013 foi criada a Unidade de Controle Interno da Unidade, subordinada tecnicamente ao Assessor de Controle Interno do DPF (integrante do gabinete da Direção-Geral do órgão) e hierarquicamente ao Superintendente Regional, com o fim de assegurar a redução de erros potenciais, através do controle de suas causas, destacando-se o conhecimento das receitas, das despesas, dos resultados históricos, da estrutura administrativa e de pessoal, do patrimônio e da observância às normas legais, instruções normativas e regimentos; o acompanhamento da programação estabelecida pela Superintendência e pelo Órgão Central; o exame dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal; a prevenção de ocorrência de fraudes, desvios, desperdícios e erros cometidos por servidores em geral e, por fim, a busca do atingimento de metas estabelecidas, bem como a prestação de contas à sociedade de forma transparente, por meio dos instrumentos existentes como, por exemplo, a confecção de Relatório de Gestão na forma, prazo conteúdo definidos em lei.

Com a Unidade de Controle Interno, a da SR/DPF/BA reforçará sua estrutura de governança, subsidiando a gestão na identificação e no tratamento de riscos que lhe possam alterar o planejamento.



### 3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

#### QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>					
	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X



<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					<b>X</b>
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					<b>X</b>
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					<b>X</b>
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					<b>X</b>
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					<b>X</b>
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				<b>X</b>	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					<b>X</b>
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					<b>X</b>
<b>Análise Crítica:</b> Quanto ao item 12, Avaliação de risco: não há evidencias deste tipo de avaliação por ser realizado de forma empírica e assistemática Não se atribuiu nota máxima em todos os itens deste quadro, em função da UJ estar passando por um processo continuado de melhoria em seu desempenho, assim como pelo aperfeiçoamento de alguns setores e atividades. Sob outro prisma, há que se considerar também a ausência, em 2013, de um setor exclusivo de controle interno, por conta da insuficiência de efetivo na UJ. De fato, no âmbito da SR/DPF/BA, a execução precípua de controle interno é realizada pelas chefias, em suas respectivas áreas de atribuição, sempre sob a orientação e supervisão do Superintendente Regional.					
<b>Escala de valores da Avaliação:</b> <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. <b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. <b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					



---

### 3.3 Sistema de Correição

---

A **Estrutura das atividades** da Corregedoria Regional da SR/DPF/BA encontra previsão no Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria n° 2877/2011 - MJ:

#### ANEXO VI

#### BAHIA

I - *SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA -SR/DPF/BA:*  
(...)

h) *Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:*

1. *Núcleo de Disciplina - NUDIS; e*

2. *Núcleo de Correições - NUCOR;*

No que se refere à base normativa que estabelece as competências e responsabilidades desta unidade correicional, a IN 13/2005 - DG/DPF, nos arts. 227, 228 e 229, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes.

**Os principais resultados observados** em relação às atividades relacionadas ao Núcleo de Disciplina, considerado o histórico têm sido:

A diminuição do número de procedimentos instaurados, ao longo do tempo, tanto sindicâncias quanto processos administrativos disciplinares, utilizando-se a esfera disciplinar, como reza a boa doutrina, como *ultima ratio*, quando os fatos ocorridos e trazidos a esta Corregedoria estão descritos na lei como transgressões, evitando-se, com isso, que a via correicional seja empregada para solucionar questões de natureza gerencial e/ou diante de questões objetivas de carência de pessoal e/ou administrativa; o saneamento progressivo do Sistema de Acompanhamento Disciplinar (SAD) e do Sistema CGU/PAD, dentro das possibilidades do setor; consolidação dos entendimentos desta Corregedoria, tanto na seara disciplinar, quanto na seara relativa à correição dos Inquiridos Policiais, por meio do aumento na produção de pareceres acerca de questões específicas, controvertidas e/ou recorrentes; padronização dos Procedimentos para tratamento das notícias de irregularidades praticadas por servidores, por meio da autuação e controle como "Expediente de Natureza Disciplinar";

Outrossim, as competência para instauração e julgamento dos processos administrativos disciplinares, no âmbito do DPF estão disciplinadas conforme o Regimento Interno do DPF (Portaria 2.877/2011 - DG/DPF), complementada e integrada, ainda, pela Portaria 296/2009 - DG/DPF e Nota n° 139/2011- CODIS/COGER, e distribuídas essas competências entre as Autoridades que dirigem o órgão, na forma estabelecida nos arts. 25, 29, 35 e 37 do regulamento.

Dessa forma, o Corregedor-Regional somente instaura Sindicância Investigativa, não podendo imputar punição a servidor. (Art. 37 da IN 04/91- DG/DPF).

---

### 3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria n° 1.043/2007 da CGU

---

No âmbito desta UJ, a Corregedoria Regional da Bahia e o respectivo Núcleo de Disciplina estão em consonância com os preceitos contidos nos artigos 4° e 5° da Portaria CGU n° 1043, de 24/07/2007 (CGU/PAD: prazos e confiabilidade), uma vez que foi e vem sendo envidado esforço contínuo para manter o sistema atualizado.



### 3.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A SR/DPF/BA adotou como indicador de controles internos o índice percentual de cumprimento, pela unidade, das determinações e recomendações dos órgãos de controle (TCU e CGU), bem como o índice de atendimento das Solicitações de Auditoria – SA encaminhadas pela CGU, conforme memória de cálculo abaixo.

#### QUADRO A.3.5.1 INDICADORES DE CONTROLE INTERNO

$n^{\circ} \frac{R(CGU)}{R(atendidas)}$ <p><i>R = recomendações</i></p>	$n^{\circ} \frac{D(TCU)}{D(atendidas)}$ <p><i>D = determinação</i></p>
---	--

Fonte: SR/DPF/BA

No exercício de 2013, a unidade não teve nenhuma recomendação/determinação emanada pelo TCU cujo atendimento fosse de competência exclusiva desta superintendência, de modo que não possui os indicadores respectivos para o período.

Quanto ao atendimento de Solicitações de Auditoria emitidos pela CGU, no exercício em tela não houve qualquer pedido dessa natureza à UJ, de modo que não há variáveis para o cálculo do índice respectivo.

Vale salientar que no final do ano de 2013 a Unidade recebeu SA's da CGU relativas ao processo de prestação de contas em andamento. Esse fato refletirá no indicador de controle interno de 2014.

#### 3.5.1 Metodologia de Cálculo

A metodologia apresentada funda-se no fato de que os órgãos de controle avaliam anualmente a estrutura de governança das unidades sob sua jurisdição por meio de auditorias de gestão, auditorias de acompanhamento e processo de julgamento de contas. As incorreções observadas nesses processos são objetos de registro e de ações corretivas por parte dos órgãos de controle, e, sobretudo, por parte da unidade jurisdicionada, que é cientificada da eventual impropriedade e demandada pelo saneamento do fato verificado.

As próprias Solicitações de Auditoria da CGU, no que pese não demonstrarem incorreções, mas tão somente a necessidade de o órgão auditado apresentar informações sobre dúvidas suscitadas ou documentos integrantes do espaço amostral que compõe o trabalho do auditor, quando devidamente atendidas, demonstram o interesse da UJ em aprimorar seu ambiente de controle, valendo-se do trabalho especializado de um órgão de auditoria.

Dessa forma, os índices apontados demonstram o nível de aderência da unidade às boas práticas de controle interno.

#### 3.5.2 Indicador de Governança

A SR/DPF/BA, assim como o DPF em geral, não instituiu no exercício de 2013 indicadores de avaliação do funcionamento do modelo de governança da UJ. Contudo, para o exercício de 2014, está em curso, no órgão central em Brasília, um trabalho piloto que tem por objetivo a construção de indicador que agregue informações sobre procedimentos de controle e avaliação de risco, de forma a identificar a aderência da UJ às normas de governança existentes, o qual deverá ser adotado por todas as Superintendências do órgão.



#### 4 TÓPICOS ESPECIAIS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária dessa Superintendência Regional é originada de descentralizações internas, efetuadas de forma centralizada a partir da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade- COF na DLOG/DPF. A COF é responsável por atuar na programação orçamentária originária e adicional da Unidade Orçamentária - UO, na proposta orçamentária e na distribuição dos limites de empenho na Polícia Federal.

Os Quadros abaixo relacionados, tomados como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, **não** constam deste Relatório de Gestão uma vez que a dotação inicial não é atribuída à esta UJ, assim como são de responsabilidade da Unidade Central do DPF os valores previstos no PPA e fixados na LOA, a instituição de metas e apuração de resultados pela execução dos Programas de Governo:

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

O Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ, tomado como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, **não** consta deste Relatório de Gestão tendo-se em vista que não há outra UG na estrutura desta UJ:

O Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, tomado como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, não consta deste Relatório de Gestão tendo em vista que não houve informações geradas no exercício de 2013.

Os Quadros abaixo relacionados, tomados como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, não constam deste Relatório de Gestão uma vez que não houve instrumentos de Transferência Vigentes no exercício de 2013:

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

As informações relacionadas ao Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”), tomados como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, **não** constam deste Relatório de Gestão uma vez que são protegidas por sigilo, conforme Termo de classificação de risco do DPF:

O DPF utiliza-se do regime especial de execução. As informações relacionadas aos Portadores/CPF solicitadas no Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador são, desta forma, classificadas como sigilosas, deixando de ser apresentadas, apresentando-se somente a totalização das despesas.



Os itens abaixo relacionados, tomados como referência a numeração da Portaria TCU nº 175/2013, não constam deste Relatório de Gestão uma vez que não se aplicam a este DPF, deixando de serem apresentados todos os quadros relacionados (de 4.6.1.1 a 4.6.2.12 e 4.7.1 a 4.7.2):

Item 4.6 - Renúncias sob a Gestão da UJ

Item 4.7 - Gestão de Precatórios

Por fim, informa-se que após a exclusão dos Quadros / Itens acima mencionados, houve renumeração de todos os Quadros / Itens.

#### 4.1 Execução das despesas

##### 4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

#### QUADRO A.4.1.1.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	200336	200346				
Concedidos						
Recebidos		9.673.926,4	06.122.2112.2000.0001			9.673.926,4
		2.991.302,78	06.181.2070.2726.0001			2.991.302,78
		298.899,84	06.183.2070.14WH.0101			298.899,84
		1.156.509,21	06.183.2070.7U23.0001			1.156.509,21
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
	200336	200346				
Concedidos						
Recebidos		657.250,85	06.122.2112.2000.0001	657.250,85		
		13.607,60	06.181.2070.20UE.0001	13.607,60		
		332.031,80	06.181.2070.2586.0001	332.031,80		
		2.353.254,00	06.181.2070.2726.0001	2.353.254,00		



#### 4.1.3 Realização da Despesa

##### 4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

#### QUADRO A.4.1.3.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>5.381.131,48</b>	<b>4.683.196,89</b>	<b>5.277.605,52</b>	<b>4.683.196,89</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços	5.488,22		5.488,22	
c) Concorrência		24.823,93		24.823,93
d) Pregão	5.375.643,26	4.658.372,96	5.272.117,30	4.658.372,96
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>2.892.511,30</b>	<b>2.486.596,56</b>	<b>2.875.626,01</b>	<b>2.486.596,56</b>
h) Dispensa	2.497.079,14	2.051.803,40	2.487.577,63	2.051.803,40
i) Inexigibilidade	395.432,16	434.793,16	388.048,38	434.793,16
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>445.809,08</b>	<b>537.042,19</b>	<b>445.809,08</b>	<b>537.042,19</b>
j) Suprimento de Fundos	445.809,08	537.042,19	445.809,08	537.042,19
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>4.234.136,26</b>	<b>3.597.611,48</b>	<b>4.234.136,26</b>	<b>3.597.611,48</b>
k) Pagamento em Folha	-	219.111,04	-	219.111,04
l) Diárias	4.234.136,26	3.378.500,44	4.234.136,26	3.378.500,44
<b>5. Outros</b>	<b>292.087,80</b>	<b>137.152,72</b>	<b>289.960,79</b>	<b>137.152,72</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>13.245.675,92</b>	<b>11.441.599,84</b>	<b>13.123.137,66</b>	<b>11.441.599,84</b>



#### 4.1.3.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

**QUADRO 4.1.3.2 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO**

DESPESAS CORRENTES								
Grupo de Despesas	Empenhada		Liquidada		RAP Ñ Proc		Valores Pagos	
	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013	2.012
<b>1.Desp. De Pessoal</b>								
319008 - Outros Benefícios	-	28.207,75	-	28.207,75	-	-	-	28.207,75
319091 - Setenças Judiciais	-	189.270,52	-	189.270,52	-	-	-	189.270,52
319092 - DEA	-	1.632,77	-	1.632,77	-	-	-	1.632,77
<b>2.Juros e Encargos</b>								
Não Houve	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3.Outras Desp. Correntes</b>								
339008 - Outros Benefícios	86.790,32	-	86.790,32	-	-	-	86.790,32	-
339014 - Diárias	4.234.136,26	3.378.500,44	4.234.136,26	3.378.500,44	-	-	4.234.136,26	447.110,44
339030 - Material de Consumo	1.434.147,34	656.864,64	1.185.915,77	597.262,67	248.231,57	59.601,97	1.185.915,77	597.262,67
339033 - Passagens	581.173,70	491.775,92	542.669,26	435.468,78	38.504,44	56.307,14	542.669,26	435.468,78
339036 - Serviços de PF	452.702,03	193.085,85	445.453,12	176.218,39	7.248,91	16.867,46	445.453,12	176.218,39
339037 - Locação de MOD	3.920.674,91	3.246.320,58	3.673.171,87	2.884.867,43	302.735,37	361.453,15	3.562.707,21	2.884.867,43
339039 - Serviços de PJ	3.265.086,43	3.349.923,05	2.924.371,36	3.070.979,33	385.806,15	278.943,72	2.834.189,20	3.070.979,33
339092 - DEA	13.067,02	33.889,96	13.067,02	33.889,96	-	-	13.067,02	33.889,96
339093 - Indenizações e Restituições	132.860,28	87.745,36	134.987,29	85.244,81	-	2.500,55	130.733,27	85.244,81
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013	2.012	2.013	2.012
<b>4.Investimentos</b>								
449051 - Obras e Instalações	13.607,60	263.238,66	5.488,22	-	8.119,38	263.238,66	5.488,22	-
449052 - Equip e Mat. Permanente	3.342.536,65	277.350,70	122.163,69	23.014,80	3.240.460,80	254.335,90	81.988,01	23.014,80
<b>5.Inversões Financeiras</b>								
Não Houve	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>6.Amortizações da Dívida</b>								
Não Houve	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Fonte: Siasi Operacional e Siasi Gerencial</b>								

---

### 4.1.3.3 Análise crítica da realização da despesa

---

Com base no detalhamento do Quadro 4.1.3.5, seguem análises: no exercício de 2013 a principal modalidade de licitação foi o Pregão Eletrônico, com um percentual de **40,58%** do total das despesas liquidadas, sendo seguida pela Dispensa de Licitação com um percentual de **18,85%**. Sendo assim essa Unidade Gestora atende o exposto no Art.4, do Decreto Nº 5.450, 31.05.2005, da Presidência da República.

No tocante ao Suprimento de Fundos do ano de 2013 houve uma redução de **20,46%** em comparação ao ano de 2012, reforçando assim a busca da Unidade Gestora em adquirir bens e serviços pelas vias licitatórias, com um melhor planejamento das operações policiais.

No que se refere às Diárias houve um aumento de **25,33%** em comparação ao ano de 2012, tal acréscimo está relacionado à realização da Copa das Confederações-FIFA 2013, na cidade de Salvador-Ba, onde houve a necessidade de recrutamento de servidores de outros estados para atender à demanda dos serviços durante o evento.

Com base no detalhamento do Quadro 4.1.3.6, seguem análises: no exercício de 2013 foram liquidadas **93,77%** das Despesas Empenhadas do Grupo de Despesas: “3.Outras Despesas Correntes” e destas, **92,32%** foram pagas, gerando um percentual de **7,68%** das Despesas Empenhas inscritas em Restos a Pagar.

Em relação ao grupo de despesas: “4.Investimentos” foram liquidadas **3,80%** das despesas empenhadas e destas, **2,61%** foram pagas, gerando uma inscrição de restos a pagar de **96,80%** das despesas empenhadas, tal percentual justifica-se pelo fato da liberação de crédito orçamentário (2013NC009306) ter ocorrido somente na última semana para emissão de Nota de Empenho (liberação em 30.12.2013), para a aquisição de 366 unidades de Notebook Ultrafino, que serão utilizados durante a realização da Copa do Mundo-FIFA 2014, na cidade de Salvador-Ba.

***- Alterações significativas ocorridas no exercício***

Não houve.

***- Contingenciamento no exercício***

O contingenciamento não afetou diretamente o orçamento da UJ: 200346-SR/DPF/BA com relação ao custeio da unidade, sendo afetado o orçamento relacionado a diárias e investimento.

***- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária.***

Não houve

## 4.2 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

### QUADRO 4.2 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante em: 01.01.2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em: 31.12.2013
2012	1.293.248,55	998.675,70	111.891,97	182.680,88
2011	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante em: 01.01.2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar em: 31.12.2013
2012	-	-	-	-
2011	48.069,35	26.085,95	21.983,40	-
Fonte: Siafi Operacional e Siafi Gerencial				

Obs1: não houve RAP Não Processados em 2011;

Obs2: não houve RAP Processados em 2012.

#### 4.2.1 Análise Crítica

Com base no detalhamento do Quadro 4.3, seguem análises: no exercício de 2013 houve a inscrição de **Restos a Pagar Não Processados no valor de R\$ 1.293.248,55**, deste valor foi pago um percentual de **77,22%** e **8,65%** foi cancelado, houve ainda uma nova inscrição de **R\$182.680,88** no exercício de 2014, valor este que corresponde à empresa **FFA Arquitetura e Urbanismo Ltda.**, responsável pela elaboração do projeto executivo (*em andamento*) para a reforma da sede da SR/DPF/BA.

*- Alterações significativas ocorridas no exercício*

Não houve.

*- Contingenciamento no exercício*

Não se aplica.

*- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária*

Não houve.

### 4.3 Suprimento de Fundos

#### 4.3.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

##### QUADRO A.4.3.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade e	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013			520	456.435,00	14	17.006,16	473.441,16
2012			691	531.274,19	6	11.240,00	542.514,19
2011			1457	1.261.360,59	24	49.657,53	1.311.008,12

Obs1: Os valores referentes aos anos de: 2011 e 2012, estão no relatório de gestão o ano de: 2013.

Obs2: O DPF não utiliza conta Tipo “B”

#### 4.3.2 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

##### QUADRO A.4.3.2 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Limite de Utilização da UG		Valor		Total
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Saque	Fatura	
Total Utilizado pela UG					
Código da UG 2:	Limite de Utilização da UG:		Valor		Total
Total Utilizado pela UG					
Total Utilizado pela UJ			456.435,00	17.006,16	473.441,16

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

Obs: O DPF utiliza-se do regime especial de execução. As informações relacionadas aos Portadores/CPF são, desta forma, classificadas como sigilosas, deixando de ser apresentadas, apresentando-se somente a totalização das despesas.

#### 4.3.3 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

##### QUADRO A.4.3.3 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF).

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							53	753.750,00	37	542.514,19	51	1.525.526,68

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

---

#### 4.3.4 Análise Crítica

---

Com base no detalhamento do Quadro 4.5.1, seguem análises: a SR/DPF/BA não utiliza a conta do tipo “B”, já nos valores utilizados pelo Cartão de Pagamentos do Governo Federal-CPGF, no total de **R\$473.441,16** temos os seguintes percentuais: **96,41%** desse valor foram utilizados por meio de Saque e **3,59%** utilizados via Fatura. Vale ressaltar, que, por se tratar de uma unidade policial a SR/DPF/BA tem a prerrogativa de utilizar até **100%** da opção Saque.

Com base no detalhamento do Quadro 4.5.3, seguem análises: a SR/DPF/BA utiliza-se do regime especial de execução e as informações relacionadas aos portadores são classificadas como sigilosas, deixando assim de ser apresentadas, seguem somente a totalização das despesas.

Com base no detalhamento do Quadro 4.5.4, seguem análises: as concessões de suprimentos de fundos feitas pela SR/DPF/BA foram todas aprovadas pelo seu Ordenador de Despesas sem ressalvas.

***- Alterações significativas ocorridas no exercício***

Não houve.

***- Contingenciamento no exercício***

Não se aplica.

***- Eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a execução orçamentária***

Não houve.

## 5 GESTÃO DE PESSOAS, TECEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

O item 5 da Portaria 175-TCU/2013 apresenta algumas informações que, no caso do DPF, são agregadas e controladas pelo órgão central da instituição. Há ainda dados relacionados a este item que são resguardados por sigilo, segundo a Instrução Normativa - DPF 69, de 14/12/12, publicada no Boletim de Serviço nº 242, de 17/12/12. O sigilo se dá em razão da natureza da atividade policial, entretanto, todas as informações assim classificadas encontram-se à disposição dos órgãos de controle para análise.

Dessa forma, os subitens 5.1.5.1, 5.1.5.2, 5.1.5.3, 5.1.5.4, 5.2.2 e respectivos quadros serão apresentados no relatório de gestão da unidade central do órgão.

As informações dos subitens 5.1.1.1 e 5.1.2.2 e respectivos quadros estão classificadas como sigilosas e por este motivo não figurarão no presente relatório. O subitem 5.1.2.3 terá a informação prestada em forma percentual, uma vez que os números ali presentes são protegidos por sigilo.

### 5.1 Estrutura de pessoal da unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO A.5.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1.Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>4</b>
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	4
1.2.Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
<b>2.Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4.Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3.Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>13</b>
3.1.De Ofício, no Interesse da Administração	04
3.2.A Pedido, a Critério da Administração	06
3.3.A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	01
3.4.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	02
3.5.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
<b>4.Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>86</b>
4.1.Doença em Pessoa da Família	23
4.2.Capacitação	63
<b>5.Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1.Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2.Serviço Militar	
5.3.Atividade Política	
5.4.Interesses Particulares	
5.5.Mandato Classista	
<b>6.Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7.Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>103</b>
<b>Fonte: SRH/SR/DPF/BA e CRH/DGP/DPF</b>	

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

#### QUADRO A.5.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	4	4		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	4		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
<b>2. Funções Gratificadas</b>	25	23		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		23	47	13
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	29	27	47	13

Fonte: SRH/SR/DPF/BA e CRH/DGP/DPF

### 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

#### QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				1,1%	19,1%	79,8%			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						0,09%			
2.3. Funções Gratificadas						4,8%			
<b>3. Totais (1+2)</b>									

#### LEGENDA

##### Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SRH/SR/DPF/BA e CRH/DGP/DPF

### 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

#### QUADRO A.5.1.3.1 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisão em Comissão</b>											
Exercícios	2013	66.141.504,47		8.873.314,71	2.050.493,32	3.156.827,10	777.993,58	6.185,14	206.326,50	256.767,78	81469.412,60
	2012	50.126.008,50		8.044.082,66	418.405,50	1.746.145,82	737.782,87	6.188,05	5.458,07	235.480,79	61.319.552,26
	2011	49.050.695,65		7.833.208,76	427.033,43	1.748.309,24	690.412,46	3.362,25	0,00	277.924,36	60.030.946,15
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	142.548,96	0,00	11.879,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	154.428,04
	2012	945.860,20	0,00	111.134,39	0,00	16.638,00	0,00	0,00	0,00	1.363,92	1.074.996,51
	2011	683.319,80	0,00	108.932,97	0,00	13.262,00	0,00	0,00	0,00	732,32	806.247,09
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	1.041.429,78	0,00	83.010,69		17.904,00	27.303,84	0,00	0,00	0,00	1.094.938,31
	2012	877.460,30	0,00	0,00	0,00	14.510,00	8.357,19	3.947,35	0,00	0,00	904.274,84
	2011	892.757,28	0,00	0,00	0,00	16.220,00	34.012,78	1.115,80	0,00	1.363,83	945.469,69
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2013	4.250.360,94	0,00	363.858,06		132.290,04	33.227,04	0,00	0,00	0,00	4.779.736,08
	2012	3.569.225,42	0,00	326.246,72	18.492,94	99.250,50	63.784,93	1.180,02	0,00	14.071,45	4.092.251,98
	2011	3.662.848,68	0,00	373.765,44	18.972,03	94.690,46	41.294,52	2.129,47	6.013,69	13.978,51	4.213.692,80

Fonte: Relatório SIAPE disponibilizado pela ACI/GAB/DG/DPF

## 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

#### QUADRO A.5.1.4.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	199	11
1.1 Voluntária	199	07
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
<b>2. Proporcional</b>	11	00
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente	11	04
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	210	11

Fonte: SRH/SR/DPF/BA e CRH/DGP/DPF

### 5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto aos sistemas de controle acerca de acumulação de cargos, o próprio Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, utilizado para folha de pagamento de pessoal do governo federal, por meio do Setor de Auditoria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão da - AUDIR/SEGEP/MPOG, realiza os cruzamentos das informações no sistema, que contempla informações pessoais, funcionais e financeiras dos servidores.

Ademais, Os controles exercidos no âmbito da SR/DPF/BA, quando da posse de servidor, concentra-se na exigência de apresentação, como documento obrigatório, da declaração de não acumulação de cargos, funções e empregos públicos, conforme dispositivo do Art.37, XVI e XVII da CF. É, ainda, solicitado apresentação de declaração de IRPF e/ou Declaração de Acesso à informações.

### 5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em 2013 não houve qualquer registro de acumulação indevida de cargo.

### 5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos são de responsabilidade da Unidade Central, não havendo informação sobre o mesmo até o momento.

## 5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

O Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados, tomados como referência a numeração da Portaria TCU

nº 175/2013, **não** consta deste Relatório de Gestão uma vez que ações relacionadas a realização de concursos públicos são desenvolvidas somente pela unidade central, através da Diretoria de Gestão de Pessoal.

## 5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

### QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Controle de Imigração (Aeroportos Salvador - BA)				20	00
Controle de Imigração (Aeroportos Porto Seguro -BA)				12	04
<b>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</b>					
A atividade de controle migratório da SR/DPF/BA é exercida por servidores da Polícia Federal, com o auxílio de funcionários terceirizados: 10 postos (24 horas) em Salvador e 06 postos (24 horas) em Porto Seguro. Este auxílio é necessário tendo-se em vista a carência de pessoal que o DPF enfrenta atualmente em seus quadros. Entretanto, a Direção-Geral do órgão tem procurado, junto ao Ministério da Justiça e ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a aprovação de concurso público com o fim de reestabelecer os claros de servidores existente.					

Fonte: SELOG/SR/DPF/BA

## 5.2.2 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

### QUADRO A.5.2.2 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão: 200346							CNPJ: 00.394.494/0022-60						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	05/2013-SR/DPF/BA	00.323.090/0001-51 - SOLL	01/07/2013	30/06/2014	26	26	1	1	0	0	A
2012	L	O	10/2012-SR/DPF/BA	09.004.267/0001-21	28/08/2012	30/06/2013	32	32					E
2012	V	O	12/2012-SR/DPF/BA	11.550.400/0001-97 - DSP	05/12/2012	04/12/2013			12	12			A
2012	V	O	12/2012-SR/DPF/BA	11.550.400/0001-97-DSP	05/12/2013	05/12/2014			12	12			P
2011	V	O	04/2011-SR/DPF/BA	08.068.307/0002-17 SEMPRE F	21/06/2012	20/06/2013			26	26			P
<b>Observações:</b> O contrato 12/2012 atende exclusivamente à Delegacia de Polícia Federal em Ilhéus/BA.													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: SELOG/SR/DPF/BA													

### 5.2.3 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

#### QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA													
UG/Gestão: 200346						CNPJ: 00.394.494/0022-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	3	O	08/2012-SR/DPF/BA	05.012.577/0001-37 QOS	01/06/2012	31/05/2013			8	8			A
2012	3	O	08/2012-SR/DPF/BA	05.012.577/0001-37 QOS	01/06/2013	31/05/2014			8	8			P
2011	4	O	10/2011-SR/DPF/BA	11.176.432/0001-74 LINS	03/06//2012	30/11/2013	2	2					E
2013	4	O	08/2013 - SR/DPF/BA	12.633.102/0001-23 KATRE	01/12/2013	01/12/2014	2	2					A
2011	5	O	10/2011-SR/DPF/BA	11.176.432/0001-74 LINS	03/06//2012	30/11/2013			10	10			E
2013	5	O	07/2013 - SR/DPF/BA	02.780.863/0001-54 PONTUAL	02/12/2013	01/12/2014			20	20			A
2012	5	O	06/2012-SR/DPF/BA	08.872.024/0001-42 CALDAS	13/02/2012	12/02/2013			12	12			A
2012	9	O	06/2012-SR/DPF/BA	08.872.024/0001-42 CALDAS	13/02/2013	12/02/2014			12	12	1	1	P
2009	11	O	02/2009-SR/DPF/BA	61.600.839/0001-55 CIEE	03/08/2012	02/08/2013					16	16	P
2009	11	O	02/2009-SR/DPF/BA	61.600.839/0001-55 CIEE	03/08/2013	02/08/2014					25	25	P
2013	12.1	E	02/2013 - SR/DPF/BA	04.994.627/0001-66 MILLENIUM	21/02/2013	20/08/2013			8	8			E
2013	12.2	O	10/2013 - SR/DPF/BA	07.244.760/0001-93 EPIC	01/12/2013	01/12/2014	1	1					A
2013	12.3	O	08/2013 - SR/DPF/BA	02.780.863/0001-54 PONTUAL	02/12/2013	01/12/2014	1	1					A

**Observações:**

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

**Fonte:** SELOG/SR/DPF/BA

---

## 5.2.4 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

---

Os contratos em tela estão sendo executados a contento, sem maiores dificuldades.

---

## 5.2.5 Composição do Quadro de Estagiários

---

### QUADRO A.5.2.5 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	41	43	54	72	127.127,16
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	41	43	54	72	127.127,16
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	41	43	54	72	127.127,16

Fonte: SRH/DPF/BA

## **6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.**

### **6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros**

O item 6 da Portaria 175-TCU/2013 relaciona algumas informações resguardadas por sigilo, conforme IN DPF 69, de 14/12/12. O sigilo se dá em razão da natureza da atividade policial. Entretanto, todas as informações não constantes do presente Relatório encontram-se à disposição dos órgãos de controle para análise. Dessa forma, as alíneas c) e g) do subitem 6.1, bem como o subitem 6.3 e respectivo quadro não serão apresentados.

A UJ também não dispõe de frota de veículos automotores contratada de terceiros (item 6.1 – 2ª parte), bem como imóveis funcionais sob sua responsabilidade, razão pela qual o subitem 6.2.3 e respectivo quadros não dispõem de informações.

a) Esta UJ adquire veículos oficiais baseada na MOC 07/2012-COAD/DLOG de 20/08/2012 e o controle de utilização de viaturas é norteado pela IN nº 03/2009-DG/DPF de 05/03/2009;

b) Os trabalhos desenvolvidos por esta UJ, de polícia judiciária e administrativa, apresentam uma dependência muito elevada no uso de veículos. Há necessidade constante de diligências, fiscalizações, vigilância e outras atividades totalmente dependentes do uso de veículos, envolvendo deslocamentos às regiões locais e em diversas outras cidades e estados;

c) Média anual de quilômetros rodados:

VEÍCULOS OFICIAIS OSTENSIVOS - 357.034 Km

VEÍCULOS OFICIAIS RESERVADOS - 1.302.024 Km

VEÍCULOS APREENDIDOS/CEDIDOS - 924.088 Km

e) Idade média da frota:

VEÍCULOS OFICIAIS OSTENSIVOS - 04 anos

VEÍCULOS OFICIAIS RESERVADOS - 06 anos

VEÍCULOS APREENDIDOS/CEDIDOS – grande variação.

f) O impacto financeiro no ano de 2013 foi de R\$1.410.581,79 (manutenção/seguro obrigatório: R\$706.047,69 e abastecimento: R\$704.534,65);

h) A diretriz de aquisição de veículos é estabelecida centralmente, não cabendo a esta UJ decidir sobre a escolha da aquisição em detrimento da locação;

i) Esta UJ possui uma área responsável pelo transporte que faz a gestão imediata dos contratos de abastecimento e manutenção, com os respectivos mecanismos de controle e relatórios gerenciais, controla e arquiva os mapas de entrada e saída de viaturas, procede às defesas de multas de trânsito e atua junto ao órgão executivo de trânsito para emissão de CRV e DPVAT anuais.

Esta UJ não possui veículos sob o sistema de locação.

## 6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Bahia	03	03
	Salvador	02	02
	Ilheus	01	01
Subtotal Brasil		03	03
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte: SR/DPF/BA

### 6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
200346	3489.00470.500-9	13	5	2.940.718,08	25/10/2000	5.637.170,53	184.488,75	263.238,66
200346	3573.00169.500-6	13	4	84.500,00	25/10/2000	419.485,83	0,00	0,00
200346	3849.00548.500-2	13	3	1.601.191,15	06/09/2011	3.363.598,66	0,00	0,00
200346	3669.00058.500-0	20	3	72.409,48	10/07/2012	156.131,29	0,00	0,00
200346	3965.00066.500-0	20	4	128.064,10	27/07/2012	318.653,17	0,00	0,00
200346	3807.00054.500-1	20	2	44.281,81	10/07/2012	284.702,07	0,00	0,00
<b>Total</b>							184.488,75	263.238,66

Fonte: SPIUNET

### 6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

**Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ**

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	3489.00470.500-9	5	2.940.718,08	25/10/2000	5.637.170,53	184.488,75	263.238,66
	3573.00169.500-6	4	84.500,00	25/10/2000	419.485,83	0,00	0,00
	3849.00548.500-2	3	1.601.191,15	06/09/2011	3.363.598,66	0,00	0,00
	3669.00058.500-0	3	72.409,48	10/07/2012	156.131,29	0,00	0,00
	3965.00066.500-0	4	128.064,10	27/07/2012	318.653,17	0,00	0,00
Vazios							
<b>Total</b>						<b>184.488,75</b>	<b>263.238,66</b>

Fonte: SPIUNET

## 7. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Este item corresponde ao item 8 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução. Vale ressaltar que embora a gestão de recursos renováveis e sustentabilidade ambiental sejam uma tônica da SR/DPF/CE, a unidade não aderiu a nenhum programa de sustentabilidade, razão pela qual o demonstrativo que trata do consumo de papel, energia elétrica e água teve essas informações suprimidas.

### 7.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

#### QUADRO A.7.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
<p>A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</li> </ul>				x	
	<p>É Exigido do licitante vencedor a observação do adequado tratamento do impacto ambiental, de acordo com as normas ambientais vigentes, bem como a devida observação das diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, em conformidade com modelo padrão de Editais da AGU/CGU/BA, firmado por meio de acordo de cooperação com este órgão. É exigido ainda, na confecção dos Projetos Executivos, o respeito a Legislação Ambiental nos três níveis da Federação e em especial a Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual estabelece prioridade nas aquisições e contratações governamentais para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, bem como as Resoluções do CONAMA.</p>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			x		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação			x		

(Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.					
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</li> </ul>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</li> </ul>	Mantêm um grupo de estudo para efetuar levantamento do consumo de energia. O grupo emitiu nota com orientações sobre formas importantes a serem adotadas para diminuir o consumo de energia elétrica. A UJ também passou a adotar torneiras automáticas em suas instalações hidráulicas, as quais implicaram em importante redução no consumo de água.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).					X
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</li> </ul>	Papel reciclado				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).				X	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	Cartucho de Impressora				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
<ul style="list-style-type: none"> <li>Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</li> </ul>					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

## 7.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

**QUADRO A.7.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	1.506	1.732	2.113	15.315,45	15.336,91	17.643,55
<b>Água</b>	6.602	6.910	10.241	110.759,80	112.291,64	149.151,16
<b>Energia Elétrica</b>	1.818.288,38	1.633.904	1.766.260	693.798,40	852.026,30	709.279,66
			<b>Total</b>	819.873,65	979.654,85	876.074,37

Fonte: SR/DPF/BA

## 8 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Este item corresponde ao item 9 da portaria 175-TCU/2013 em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução do presente documento. Saliente-se também que não consta no relatório a informação referente aos itens 9.1.2 da citada portaria (Deliberação do TCU Pendente de Atendimento ao Final do Exercício), haja vista que a UJ não possuía, para atendimento, ao final de 2013, nenhuma deliberação exarada por aquela Corte de Contas, a exceção do disposto no Acórdão 1449/2012-TCU-Plenário, que trata de terceirização de serviços de controle migratório no DPF. Entretanto, essa informação é de competência do Órgão central do DPF e encontra-se no item 5 acima.

Saliente-se também que por se tratar de administração direta, a SR/DPF/BA não possui unidade de auditoria interna, razão pela qual foi suprimido o item 9.3 (Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna). Quanto ao item 9.4.1 (Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93) e respectivo quadro, registre-se que a UJ não possui cargos eletivos e autoridades obrigadas a entregar a Declaração de Bens e Rendas – DBR, razão pela qual essa informação foi suprimida.

Por fim, não constam dados referentes ao Quadro A.9.5 da Portaria 175-TCU (Medidas Adotada em Caso de Dano ao Erário) por não ter havido, nesta UJ, no exercício de 2013, qualquer ato omissivo e/ou comissivo dessa natureza.

### 8.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 8.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.8.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia					1141
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC-015.180/2013-1	5.061/2013 – 2ª Camara			DOU de 30/08/2013, S.1, p. 129
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TCU					
Descrição da Deliberação					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, c/c os arts. 1º, inciso II, 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso XXIV, 17, inciso IV, 143, inciso V, alínea a, 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno, em considerar a representação adiante relacionada prejudicada por perda do objeto, ante a revogação do Pregão Eletrônico 02/2013-SR/DPF/BA, já conhecida por despacho do Ministro-Substituto, arquivar o processo, e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e à Superintendência da Polícia Federal no Estado da Bahia para conhecimento, sem prejuízo de se fazer as comunicações abaixo transcritas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
1. Processo TC-015.180/2013-1 (REPRESENTAÇÃO)					
1.1. Representante: Empresa Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97)					
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal (DPF/MJ)					
1.3. Relator: Ministro José Jorge					
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou					
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA).					
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.					
1.7. Informar à Superintendência de Polícia Federal no Estado da Bahia sobre a possibilidade de realização de licitações no Sistema Comprasnet com taxa de administração de valor zero ou negativo, conforme esclarecimento					

prestado pela Secretaria de Logística e Tecnologia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI-MP), por intermédio do Ofício nº 1919/DLSG/SLTI-MP, de 26/6/2013;	
1.8. Enviar cópia do referido Ofício nº 1919/DLSG/SLTI-MP à Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin) e à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) para conhecimento.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA	22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
Passou a levar em consideração a possibilidade de utilização de taxa negativa na contratação de serviços.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Possibilidade de utilização de taxas negativas para contratação de serviços como gerenciamento de frotas (manutenção e abastecimento).	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Dificuldade de utilização de taxa negativa no sistema comprasnet.	

## 8.2 Tratamento de Recomendações do OCI

### 8.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

#### QUADRO A.8.2.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Bahia			1141
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	224608	5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
Descrição da Recomendação			
A Unidade deverá empreender esforços no sentido de observar os normativos legais que disciplinam a organização e formalização do processo de contas anual, em especial no tocante ao cumprimento dos prazos de apresentação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SR/DPF/BA			1141
Síntese da Providência Adotada			
Entrega dos processos anuais de contas nos prazos estipulados pelo TCU			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Entrega dos processos anuais de contas nos prazos estipulados pelo TCU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Esta UJ tem seguido os prazos estipulados pelo TCU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	224608	2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
Descrição da Recomendação			
A Unidade deverá sempre observar o caráter de eventualidade nas despesas de suprimento de fundos a serem efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal. Sendo assim, naqueles casos em que as despesas sejam previsíveis e onde houver possibilidade de planejamento das compras, deve-se optar pela modalidade de dispensa de licitação, respeitando-se os limites previstos na Lei 8.666/93, ou efetuar aquisições junto a fornecedores já registrados			

por meio do Registro de Preços. Ocorrendo a necessidade de contratação de serviços de manutenção automotiva, devem-se priorizar as oficinas mecânicas que já tenham contrato de prestação de serviços com a Unidade.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA			22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
A unidade vem observando a eventualidade das despesas em suas análises de concessão e prestação de contas relacionados ao suprimento de fundos a serem efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Utilização do suprimento de fundos a serem efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal somente em casos eventuais e que não possam ser supridos por processo ordinário de licitação ou mesmo por dispensa.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Maior rigor nas análises de concessão e prestação de contas relacionados ao suprimento de fundos a serem efetuadas por meio do Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
03	224608	1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O gestor deverá regularizar o espaço cedido ao Banco do Brasil, para instalação e exploração de um posto bancário, com vistas a atender as prescrições contidas no Decreto-lei nº9.760/46, Decreto nº3.725/2001 e na Portaria 05/2001 da Secretaria do Patrimônio da União.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA			22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Iniciou-se, ato contínuo da recomendação, processos para a regularização da cessão de área tanto para o Banco do Brasil.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Com relação ao Banco do Brasil, o processo 08255.002063/2011-81 de cessão de área encontra-se finalizado, tendo culminado na assinatura do contrato nº 008/2011 em 14/04/2011, com validade até 30/04/2016.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Processo de cessão finalizado em 14/04/2011 e ainda em vigos.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
04	224608	1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O Gestor antes de rescindir determinado tipo de contrato deverá garantir ao contratado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Pois, além de observar este Princípio Constitucional, a sua aplicação permitirá ao Gestor que se faça melhor juízo de valor em relação a quem deu causa à rescisão contratual. Se após a abertura do processo administrativo, conforme recomendado pela Advocacia Geral da União, restar claro que a empresa contratada deu causa à rescisão contratual, a multa prevista no contrato administrativo deverá ser aplicada à empresa infratora.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA			22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Esta UJ vem instruído os processos rescisórios levando-se em consideração o direito de ampla defesa das empresas.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			

Todos os processos rescisórios são instruídos dando-se prazo para manifestação da empresa respeitando-se o direito de ampla defesa, inclusive nos recursos hierárquicos.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Tem sido realizada uma instrução processual mais sistematizada a fim de se garantir o direito da ampla defesa.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
05	224608	2.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
O Gestor deverá cobrar dos supridos, a fim de adequar os saques ao Princípio da Transparência, ao apresentar as prestações de contas dos valores aplicados, justificativa em relação às compras feitas em dinheiro. Já em relação à alínea "c", entendemos que devido ao Princípio da Eficiência, o suprido ao utilizar o Cartão de Pagamento do Governo Federal deve comparar o preço de determinado produto ou serviço a ser adquirido com o de outros fornecedores, sendo, portanto, de bom alvitre, e somente se o mercado e as condições assim permitirem, que se faça, antes de efetuar a compra, uma comparação de preços.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA			22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
Esta UJ vem seguindo as recomendações realizadas pela CGU.			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
Todos os gastos com suprimentos de fundos são justificados em sua prestação de contas e caso não estejam em conformidade, as contas são rejeitadas e é solicitado saneamento do processo.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Os supridos tem justificado todos os gastos efetuados através do suprimento de fundos.			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
06	224608	1.1	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
SELOG/SR/DPF/BA			22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>			
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
07	224608	2.2	
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
Controladoria Regional da União no Estado da Bahia			1367
<b>Descrição da Recomendação</b>			

O Gestor deverá controlar os saques efetuados pelos supridos com vistas a observar o limite de saque previsto no parágrafo 6º do art.2º, inciso II, do Decreto nº6.370/2008, a fim de evitar que essa Unidade ultrapasse o percentual de saque estabelecido pela aludida Norma.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b> SELOG/SR/DPF/BA	<b>Código SIORG</b> 22602
<b>Síntese da Providência Adotada</b>	
O DPF normatizou através da IN 049/2011 – DG/DPF os saques relativos aos suprimentos de fundos, sendo que a autorização de saque passa a ocorrer no ato de concessão e corresponde a um percentual do valor total concedido ou a cem por cento desse valor. O suprido deverá apresentar, na prestação de contas, as justificativas que o impossibilitou de realizar a despesa na rede afiliada do cartão e a ausência de justificativas do saque efetuado enseja a aplicação do disposto no art. 38 da IN. Art. 38. Ocorrendo a aplicação de suprimento de fundos em valor superior ao autorizado pelo Ordenador de Despesa em cada natureza de despesa, o pagamento a maior ou indevido, a aplicação fora do período autorizado, o saldo de saque não aplicado, o saque não justificado ou a prestação de contas não aprovada, o valor correspondente deverá ser depositado pelo suprido por intermédio da Guia de Recolhimento da União – GRU, código de recolhimento 68808-8 – Devolução de Suprimento de Fundos do Exercício.	
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>	
Os saques de suprimentos de fundos é totalmente controlado no âmbito do DPF.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
A normatização dos saques contribui positivamente para o total controle dos mesmos.	

## 8.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

### QUADRO A.8.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
A Unidade deverá dar prosseguimento ao processo de regularização da cessão do espaço ocupado pelas associações ANSEF e ANASA na área da Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, procedimento este já iniciado por meio da instauração do processo administrativo n.º 08255.032625/2005-73. Para tanto, deve-se providenciar, junto à Caixa Econômica Federal ou à Gerência Regional do Patrimônio da União na Bahia - GRPU/BA, a avaliação do valor de mercado dos imóveis onde estão instaladas as associações, a fim de que se possa calcular o valor a ser cobrado daquelas entidades (aluguel e rateio das despesas com manutenção, conservação e vigilância predial), no intuito de se formalizar o contrato de cessão a título oneroso.			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b> SELOG/SR/DPF/BA			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
O processo de cessão não encontra-se finalizado.			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			
Houve questionamento por parte da ANSEF dos valores de avaliação da área a ser cedida, tendo o processo sido remetido ao SPU para manifestação.			

### 8.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

#### 8.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

##### QUADRO A.8.3.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	50		50
	Entregaram a DBR	50		50
	Não cumpriram a obrigação	00		00

Fonte: SRH/SR/DPF/BA

#### 8.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

Parte dos servidores da UJ apresentou cópia completa da declaração anual de imposto de renda e outra apresentou autorização para acesso, quando necessário, às informações enviadas à Receita Federal.

O setor incumbido de gerenciar a recepção das DBR é o Setor de Recursos Humanos (SRH/SR/DPF/BA).

Não há existência, nesta UJ, de sistema informatizado para o gerenciamento de entrega de DBR ou autorizações para acesso aos dados da Receita Federal; a entrega das Declarações é em papel.

A UJ não realiza qualquer tipo de análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, a não ser que haja procedimento instaurado para tal fim.

As autorizações ou DBR ficam arquivadas nas pastas funcionais dos servidores, com acesso apenas à pessoas autorizadas, preservando-se o sigilo fiscal.

## 8.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quando, em procedimentos administrativos disciplinares a cargo da UJ, se identificarem casos de dano ao erário de autoria de algum servidor do órgão, notifica-se à Advocacia Geral da União (AGU), a fim de que a mesma ajuíze demanda judicial pleiteando que aquele seja condenado a repará-lo.

Em casos onde o dano ao erário implique improbidade administrativa, cópia dos processos administrativos disciplinares são encaminhadas ao Ministério Público Federal e Tribunal de Contas da União (art. 15 da Lei nº 8429/1992), assim como cópia à Advocacia Geral da União (Mensagem Circular nº 116/2012 CODIS/COGER/DPF), para as medidas de sua alçada.

Ademais, a Mensagem Circular nº 004/2012 – COGER/DPF prevê que sindicâncias administrativas instauradas para apurar dano ao erário público, com decisão de arquivamento, sejam remetidas à Corregedoria Geral (SEDIS/COGER/DPF), para análise (item 2, alínea b).

**QUADRO A.8.4 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013**

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais								
	Não instauradas			Instauradas					
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU					
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Débito < R\$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação				
					Processo administrativo disciplinar 002/2010-SR/DPF/BA		Sindicância investigativa 01/2013-SR/DPF/BA. OBS - Sindicância não enviada em razão da respectiva apuração não ter sido encerrada.		
					Sindicância investigativa 06/2012-SR/DPF/BA				
					Sindicância investigativa 02/2012-DPF/VDC/BA				
					Sindicância investigativa 03/2009-DPF/PSO/BA				

Obs: a Sindicância investigativa 05/2013-SR/DPF/BA, não foi incluída na planilha, uma vez que a mesma não se encontrava com mais de 180 dias da instauração até o final de 2013.

## 8.5 Alimentação SIASG E SICONV

### QUADRO A.8.5 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

#### DECLARAÇÃO

Eu, KELMANN OLIVEIRA FREITAS, CPF nº 687.550.075-20, CHEFE DO SETOR DE LOGÍSTICA POLICIAL, exercido na SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Salvador, 12 de março de 2014.

  
KELMANN OLIVEIRA FREITAS  
687.550.075-20  
**CHEFE DO SETOR DE LOGÍSTICA POLICIAL**  
**SR/DPF/BA**

## 9 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O principal canal de acesso do cidadão à Polícia Federal na Bahia, como para todas as unidades da federação, é o site [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br), que contempla nos seus links as informações gerais sobre as atribuições, campanhas, cartas de serviços, concursos, histórico, organograma institucional, relatório anual da PF, licitações, contratos, banco de imagens, agência de notícias com a divulgação das operações policiais e notas à imprensa, bem como pesquisa de satisfação onde o cidadão pode avaliar os serviços prestados pela PF em quaisquer de suas unidades, além de realizar reclamações, denúncias e sugestões.

Desta forma a Polícia Federal utiliza esse site como mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação de cada unidade.

Além do site a SR/BA há a possibilidade do cidadão realizar denúncias, críticas, sugestões através do telefone 071-3319-6000, sendo diretamente encaminhados ao Superintendente Regional para deliberação.

## 10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Estas informações correspondem ao item 11 da portaria 175-TCU/2013, em razão da supressão do tópico que trata da gestão da tecnologia da informação, conforme explicitado na introdução do presente documento. Não serão apresentadas as informações referentes aos subitens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6 e respectivos quadros, por não se aplicarem à realidade de entidades da administração direta.

---

### 10.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

---

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.9, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI em relação à depreciação, por meio do Sistema de GESTÃO ELETRÔNICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA (E-LOG) e registrando no SIAFI.

Quanto à amortização, o DPF está adotando as medidas necessárias para ajustar o sistema E-LOG, a fim de permitir o controle e o cálculo da amortização dos bens intangíveis. Em relação à exaustão, não há bens sujeitos a esse tipo de redução de valor.

A UJ está aplicando regularmente a NBC T 16.10 quanto à avaliação e mensuração dos ativos. A avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) dos ativos previstos na macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI foi realizada de acordo com as orientações dessa norma, a exceção de alguns bens classificados na conta contábil 14.2124200 (Mobiliário Geral).

Trata-se de uma conta que agrega em torno de 3.500 (três mil e quinhentos) itens sob a administração da SR/DPF/BA. Em virtude do escasso número de servidor com que conta a Unidade e, ainda, em razão da Copa das Confederações, realizada em junho de 2013 e que teve em Salvador uma das cidades sede dos jogos, o que exigiu esforço concentrado da Superintendência nas atividades afetas ao mundial, a UJ atrasou o cronograma de avaliação dos bens citados. Entretanto, os trabalhos foram retomados e até meados do mês de março de 2014 aproximadamente 40% do mobiliário geral da UJ foram reavaliados. A previsão de conclusão dos trabalhos é junho do corrente ano.

A vida útil econômica do ativo foi obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos no âmbito dos órgãos da Administração Pública direta, já que o DPF não possui estudos detalhados que permita estimar a vida útil de seus bens, considerando as peculiares de uso no âmbito do Órgão, principalmente em relação ao uso intensivo nas operações policiais. Contudo, a fragilidade da estimativa, seja qual for o método utilizado, é suprida pela avaliação periódica dos ativos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, em conformidade com o item 47 da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI.

As taxas de depreciação utilizadas foram obtidas a partir da vida útil econômica do ativo, obtida da macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI, item 27.

A metodologia de avaliação e mensuração dos ativos e passivos consiste em:

- a) As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- b) O crédito e as dívidas são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial;
- c) Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas do almoxarifado é o custo médio ponderado;
- d) A UJ não possui Ativo de Investimentos;

- e) O imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. O teste de recuperabilidade e a depreciação foram realizados em conformidade com a macrofunção 02.03.30 do Manual SIAFI;
- f) O intangível é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção e, tão logo ocorra adaptação do E-LOG, será deduzido da correspondente amortização; e
- g) A UJ não possui Ativo Diferido.

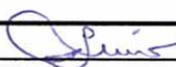
A utilização dos critérios contidas nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 possibilitou evidenciar adequadamente os ativos e passivos da UJ, para fins de apoio ao processo de tomada de decisão; à adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social. Nesse sentido, a aplicação das normas resultou na promoção de um controle mais efetivo na gestão do seu imobilizado, situação que tem evoluído gradativamente.

Outro aspecto é a preocupação que os setores de controle patrimonial passaram a ter quanto à adequação de seus registros de inventário de acordo com procedimentos contábeis, corroborando com os esforços da STN na uniformidade e convergência da contabilidade aplicada ao setor público.

Por fim, as normas reforçaram a necessidade de o DPF proceder com seus registros de forma tempestiva, dentro dos mandamentos emanados do Tesouro Nacional, colaborando para que o balanço da União reflita seus ativos não circulantes o mais fielmente possível.

## 10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

### QUADRO A.10.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA - SR/DPF/BA			200346
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>As Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponíveis no SIAFI.</p> <p>Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios:</p> <p>a) a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</p> <p>b) o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Seccional de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI;</p> <p>c) a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília /DF	Data	27/01/2014
Contador Responsável	GLADSTON GUIMARAES NAVES 	CRC n.º	DF-12534/O-8

## 11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

### 11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Estatísticas da Perícia Criminal:

QUADRO DE PERÍCIAS - de 01 a 31/12/2013:

SETEC/SR/DPF/BA

Grupo Temático/Variável	Medição (quantidade)	Fonte da Informação
Perícias realizadas (Laudos)	1001	SISCRIM (Sistema Nacional de Criminalística)
Perícias realizadas (Informações Técnicas)	115	SISCRIM (Sistema Nacional de Criminalística)

UTEUC/DPF/JZO/BA

Grupo Temático/Variável	Medição (quantidade)	Fonte da Informação
Perícias realizadas (Laudos)	209	SISCRIM (Sistema Nacional de Criminalística)
Perícias realizadas (Informações Técnicas)	17	SISCRIM (Sistema Nacional de Criminalística)

Estatísticas de Exames Papiloscópicos:

I - Consultas ao sistema de informações criminais:

Unidade	2013
SR/DPF/BA	2141
DPF/ILS/BA	4885
<b>TOTAL</b>	<b>7026</b>
Fonte: GID/SR/DPF/BA	

## II- Inclusões de Prontuários de identificação criminal:

Unidade	2013
SR/DPF/BA	659
DPF/ILS/BA	591
<b>TOTAL</b>	<b>1250</b>
Fonte: GID/SR/DPF/BA	

## III- Emissões de folhas de antecedentes criminais:

Unidade	2013
SR/DPF/BA	148
DPF/ILS/BA	554
<b>TOTAL</b>	<b>702</b>
Fonte: GID/SR/DPF/BA	

## Atividades de polícia administrativa

### Imigração e Passaporte:

#### a) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2013:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/BA	52.742
DPF/JZO/BA	2.713
DPF/ILS/BA	3.562
DPF/PSO/BA	3.010
DPF/VDC/BA	3.120
<b>TOTAL</b>	<b>65.152</b>
Fonte: SIAR	

#### b) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem e carteira de estrangeiros:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/BA	7.935
DPF/JZO/BA	61
DPF/ILS/BA	251
DPF/PSO/BA	633
DPF/VDC/BA	114
<b>TOTAL</b>	<b>8.994</b>
Fonte: SIAR	

#### c) Estações SINPA (01 computador, 01 impressora e periféricos) X Quantidade de municípios que compõem a circunscrição e cada Unidade. Os referidos equipamentos são utilizados para os procedimentos operacionais de emissão de passaportes:

Unidade	Quantidade	Municípios atendidos
SR/DPF/BA	09	206
DPF/JZO/BA	01	50
DPF/ILS/BA	01	52
DPF/PSO/BA	02	21
DPF/VDC/BA	01	92
Fonte: SIAR		

### Comissão de Vistoria de Segurança Privada

Atividade	Quantidade/Unidade				
	SR/DPF/BA	DPF/ILS/BA	DPF/JZO/BA	DPF/VDC/BA	DPF/PSO/BA
Documentação para Cursos de Formação - Conferidas a vigilantes	45465	595	2610	2040	1061
Instituições financeiras vistoriadas	735	118	60	132	69
Veículos especiais carro-forte vistoriados	186	10	15	38	11
Empresas de segurança privada vistoriadas	124	07	15	23	09

Fonte: DELESP/SR/DPF/BA

### Controle de Produtos Químicos

Atividade	Quantidade/Unidade				
	SR/DPF/BA	DPF/ILS/BA	DPF/JZO/BA	DPF/VDC/BA	DPF/PSO/BA
Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	46	32	20	<b>04</b>	
Processos para emissão de Certificado de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos	253	32	49	<b>37</b>	
Inspecões Prévias Para Emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	40		0	<b>02</b>	
Fiscalização de Empresas referente ao cometimento de infrações Administrativas referente à Produtos Químicos	16	06	02	<b>01</b>	

Fonte: DELEAQ/SR/DPF/BA

### Comunicação Social

O Serviço de Comunicação, que é responsável pela gestão dos meios de comunicação institucionais, e contribui para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da Polícia Federal. Por seu intermédio foram veiculadas para mídias de comunicação as seguintes informações de sua Regional Descentralizada na Bahia:

#### Quadro Notícias Veiculadas na mídia em 2013:

Unidade	Data	Notícia veiculada
DPF/ILS/BA	24.01.2013	Roça de maconha
DPF/ILS/BA	30.01.2013	Apreensão de cigarros
SR/DPF/BA	30.01.2013	Operação Planeta
SR/DPF/BA	31.01.2013	PF prende brasileiros que adulteravam idade para jogar futebol no exterior
SR/DPF/BA	15.03.2013	Polícia Federal realiza Operação Cris II
SR/DPF/BA	19.03.2013	Polícia Federal realiza Operação Andaraí
SR/DPF/BA	04.04.2013	Polícia Federal realiza Operação Teça - Olhos Atentos
DPF/JZO/BA	09.04.2013	PF e CIPE-Caatinga erradicam 10 mil pés de maconha
SR/DPF/BA	10.04.2013	PF apreende medicamentos de uso controlado
SR/DPF/BA	18.04.2013	Operação Oceânia
SR/DPF/BA	18.04.2013	PF desencadeia Operação Bad Trip

Unidade	Data	Notícia veiculada
SR/DPF/BA	18.04.2013	PF prende brasileiro com cocaína no Aeroporto de Salvador
DPF/VDC/BA	07.05.2013	PF apreende quase 53 quilos de pasta base de cocaína em Planalto/
SR/DPF/BA	09.05.2013	Prisão e Apreensão Pasta Base Cocaína e arma de fogo
SR/DPF/BA	13.05.2013	PF apreende 42 Kg de cocaína em Feira de SantanaBA
DPF/VDC/BA	15.05.2013	PF realiza OPERAÇÃO GRANDIS em Vitória da ConquistaBA
DPF/VDC/BA	17.05.2013	PF expede CRAF em Vitória da ConquistaBA
SR/DPF/BA	29.05.2013	PF deflagra Operação Rota dos Sonhos
SR/DPF/BA	14.06.2013	PF participa de simulado e realiza treinamentos do grupamento antibomba para Copa das Confederações
SR/DPF/BA	19.06.2013	PF acompanha Delegação do Uruguai em Salvador
SR/DPF/BA	19.06.2013	PF apreende 42 kg de cocaína nas proximidades da Lagoa do
SR/DPF/BA	21.06.2013	PF apreende mais 40 Kg de cocaína em Salvador
SR/DPF/BA	22.06.2013	Meia tonelada de maconha apreendida em Salvador
DPF/JZO/BA	26.06.2013	PF deflagra operação contra fraude tributária em Juazeiro
SR/DPF/BA	27.06.2013	Telecomunicações e o seu papel fundamental no Grande Evento
SR/DPF/BA	28.06.2013	Coordenação de Segurança Cibernética na Copa das
SR/DPF/BA	28.06.2013	Coordenação de Segurança Marítima
SR/DPF/BA	01.07.2013	PF prende dentista que usou documento falso para ingressar na Arena Fonte Nova
SR/DPF/BA	11.07.2013	PF apreende 680 Kg de maconha e 150 Kg de cocaína em
DPF/ILS/BA	18.07.2013	Operação Perlagos
SR/DPF/BA	24.07.2013	PF apreende Fuzil AK 47 em Salvador
SR/DPF/BA	07.08.2013	PF prende quatro franceses no aeroporto em Salvador
SR/DPF/BA	13.08.2013	PF prende quatro assaltantes na BR 324, próximo à Feira de
SR/DPF/BA	16.08.2013	PF realiza Treinamento e Fiscalização de Controle de Produtos Químicos em Salvador
SR/DPF/BA	16.08.2013	PF prende um por crime ambiental
SR/DPF/BA	17.08.2013	PF e MTE realizam fiscalização no oeste baiano
SR/DPF/BA	17.08.2013	PF prende capitão de navio japonês por crime ambiental
SR/DPF/BA	23.08.2013	PF prende duas brasileiras no aeroporto em Salvador
SR/DPF/BA	26.08.2013	PF faz a maior apreensão de cocaína do ano na Bahia
DPF/JZO/BA	28.08.2013	Operação Detalhes da PF baseia denúncia oferecida pelo MPF
DPF/ILS/BA	29.08.2013	PF prende em Ilhéus estelionatário especializado em fraudar pagamentos de precatórios
SR/DPF/BA	11.09.2013	Operação Temis
SR/DPF/BA	13.09.2013	PF prende espanhol com 5kg de cocaína no aeroporto em
SR/DPF/BA	18.10.2013	PF combate fraude no Programa Revalida em MT e mais 13
DPF/VDC/BA	30.10.2013	PF prende procurado do “Baralho do Crime”
SR/DPF/BA	06.11.2013	PF, PM e PC prendem três após assalto à agência da CEF em Salvador
SR/DPF/BA	21.11.2013	Polícia Federal realiza Operação Santa Luz em combate a garimpos ilegais
SR/DPF/BA	28.11.2013	Polícia Federal realiza Operação Vulcano

Além dessas, a Comunicação Social ainda participou na Copa das Confederações e no Sorteio para a Copa do Mundo FIFA 2014 como Coordenação autônoma.

Registrem-se, ainda, as ações da comunicação social na divulgação nos meios de comunicação interno:

a) Divulgação de 199 avisos no quadro da Intranet de assuntos diversos: realizações de cursos, convocações para reuniões, convocações para missões policiais, informações relacionadas ao

expediente da SR e das descentralizadas, relatórios de produtividade, notas de falecimento, eventos esportivos, entre outros. Mantém três murais de avisos nos corredores dos andares da sede da Superintendência;

- b) Divulgação de 32 mensagens-circulares no quadro da intranet, primordialmente de orientações oriundas dos órgãos centrais do DPF;
- c) Divulgação das 48 notícias acima citadas no quadro da intranet (intranet.dpf.gov.br/srba);
- d) Divulgação de dados no Juris-Cor (intranet);
- e) Realização de 01 cerimônia de hasteamento das bandeiras.

#### Ações de Treinamento e Desenvolvimento

Foram realizadas 10 (dez) ações de capacitação para os servidores lotados nesta Superintendência.

O principal enfoque foi dado à área de gestão administrativa.

Ao total foram beneficiados 36 (trinta e seis) servidores.

As informações de gestão da Corregedoria Regional da Bahia, no que tange à conclusão e número de prisões em flagrante nos inquéritos policiais a cargo da SR/DPF/BA durante o exercício de 2013, podem ser sintetizadas por meio da seguinte tabela:

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Grupo Temático/Variável	Medição (Quantidade ou Valor)	Fonte da Informação
Inquéritos Relatados (Nº)	1287	SISCART
Prisão em Flagrante (Nº)	26	SISCART
Indiciamentos (Nº)	672	SISCART

## ANEXO I

### MAPA DE ARRECADAÇÃO

Os dados abaixo referem-se ao montante arrecadado no âmbito da Unidade Jurisdicionada do Departamento de Polícia Federal no Estado da Bahia, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013 e agrega as informações da Superintendência Regional, das Delegacias de Polícia Federal em Juazeiro da Bahia, em Ilhéus, em vitória da Conquista e em Porto Seguro.

Tratam-se de unidades arrecadoras do órgão, cujo fato gerador da receita é a taxa referente à prestação de serviços de competência do DPF.

Os quadros agregam o desempenho de cada unidade arrecadora separadamente. Ao final do anexo há uma legenda com os respectivos códigos de receita, por área temática, e o valor da taxa correspondente.

O quadro **A1 – Arrecadação x Recebimento** retrata a dinâmica financeira e orçamentária da UJ no exercício considerado. Na primeira coluna consta o montante consolidado da arrecadação da UJ. A segunda coluna retrata o que foi recebido pela Unidade Gestora (SR/DPF/BA), a título orçamentário, para o mesmo período.

Os números demonstram uma diferença aproximada da ordem de 7,20% entre o que a Unidade recebe e o que arrecada. Entretanto, deve-se levar em conta que esses valores não são absolutos, uma vez que a arrecadação efetuada traduz-se em efetiva entrada de recursos financeiros para os cofres públicos (conta única do Tesouro Nacional) enquanto que os recursos orçamentários recebidos, reconhecidos doutrinariamente como mera autorização de gasto público, não se traduzem em recursos financeiros efetivos à disposição da UJ. Essa dissociação entre autorização para realização de despesas e a existência de recursos financeiros que lhes faça frente culmina na política de restos a pagar do órgão.

#### QUADRO A.1 – ARRECADAÇÃO X RECEBIMENTO

TOTAL ARRECADADO COM TAXAS DE SERVIÇOS PRESTADOS PELA SR/DPF/BA	TOTAL DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
16.217.548,50	17.476.782,48

#### QUADRO A.2 - UNIDADE ARRECADADORA: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA

Código de Receita	Código da STN	Valor Arrecadado	Percentual em relação ao valor total arrecadado
001-9	140015	8.281.647,32	65,05
002-7	140023	2.809,26	0,02
003-5	140031	936,42	0,00
004-3	140040	322.426,27	2,53
005-1	140058	4.319,28	0,03
006-0	140066	53.550,00	0,42
007-8	140074	25.398,00	0,19
008-6	140082	174.495,15	1,37
009-4	140090	45.157,18	0,35
011-6	140112	512,40	0,00
012-4	140120	437.105,82	3,43
013-2	140139	26.842,64	0,21
014-0	140147	1.647,09	0,01
015-9	140155	1.281,42	0,01
016-7	140163	902,90	0,00

017-5	140171	210,00	0,00
018-3	140180	63,85	0,00
019-1	140198	612.921,60	4,81
023-0	140236	425,64	0,00
024-8	140244	111.730,50	0,87
025-6	140252	116.838,18	0,91
026-4	140260	44.947,20	0,35
027-2	140279	28.093,12	0,22
028-0	140287	14.046,00	0,11
029-9	140295	50.651,15	0,39
030-2	140309	5.992,96	0,04
031-0	140317	1.123,68	0,00
032-9	140325	38.133,76	0,29
033-7	140333	10.662,24	0,08
035-3	140350	97.387,92	0,76
036-1	140368	867.241,50	6,81
038-8	140384	43.000,00	0,33
039-6	140392	360,00	0,00
040-0	140406	1.000,00	0,00
041-8	140414	363.737,58	2,85
042-6	140422	43.499,82	0,34
043-4	140430	5.628,70	0,04
045-0	140457	33.100,80	0,26
046-9	140465	91.880,29	0,72
048-5	140481	2.069,38	0,01
049-3	140490	31.951,15	0,25
057-4	140520	20.280,00	0,15
059-0	140546	360,00	0,00
060-4	140562	53.205,01	0,41
061-2	140570	73.516,58	0,57
062-0	140589	74.700,00	0,58
063-9	140597	12.480,00	0,09
064-7	140600	98.834,16	0,77
065-5	140619	372,60	0,00
067-1	288020	12.600,00	0,09
068-0	139009	378.560,00	2,97
069-8	202045	9.680,00	0,07
		<b>12.730.316,52</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO A.3 - UNIDADE ARRECADADORA: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JUAZEIRO DA BAHIA**

Código de Receita	Código da STN	Valor Arrecadado	Percentual em relação ao valor total arrecadado
001-9	140015	417.065,86	54,92
004-3	140040	13.422,02	1,76
006-0	140066	1.938,00	0,25
008-6	140082	3.939,38	0,51
009-4	140090	1.206,00	0,15
012-4	140120	10.062,63	1,32
013-2	140139	1.220,12	0,16
016-7	140163	359,92	0,04
019-1	140198	532,05	0,07
024-8	140244	15.961,50	2,10
025-6	140252	21.069,18	2,77
026-4	140260	6.086,60	0,80
027-2	140279	5.427,08	0,71

028-0	140287	2.809,20	0,36
029-9	140295	4.256,40	0,56
030-2	140309	374,56	0,04
032-9	140325	8.767,36	1,15
033-7	140333	888,52	0,11
034-5	140341	532,05	0,07
035-3	140350	2.330,16	0,30
063-9	140597	1.980,00	0,26
064-7	140600	3.960,00	0,52
065-5	140619	31,05	0,00
068-0	139009	44.920,00	5,91
<b>TOTAL DA ARRECADACAO</b>		<b>759.283,13</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO A.4 - UNIDADE ARRECADADORA: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ILHÉUS**

<b>Código de Receita</b>	<b>Código da STN</b>	<b>Valor Arrecadado</b>	<b>Percentual em relação ao valor total arrecadado</b>
001-9	140015	530.934,31	46,89
002-7	140023	156,07	0,01
004-3	140040	25.548,78	2,25
005-1	140058	2.159,64	0,19
006-0	140066	7.242,00	0,63
007-8	140074	1.632,00	0,14
008-6	140082	11.043,18	0,97
009-4	140090	6.566,00	0,57
011-6	140112	36,60	0,00
012-4	140120	29.815,20	2,63
013-2	140139	2.440,24	0,21
015-9	140155	1.098,36	0,09
019-1	140198	18.621,75	1,64
024-8	140244	7.448,70	0,65
025-6	140252	10.853,82	0,95
026-4	140260	3.277,40	0,28
027-2	140279	2.713,54	0,23
028-0	140287	1.123,68	0,09
029-9	140295	3.511,53	0,31
030-2	140309	374,56	0,03
032-9	140325	4.037,88	0,35
033-7	140333	1.777,04	0,15
034-5	140341	1.064,10	0,09
035-3	140350	2.489,76	0,21
036-1	140368	119.179,20	10,52
041-8	140414	23.641,12	2,08
042-6	140422	1.407,18	0,12
043-4	140430	827,75	0,07
049-3	140490	2.152,15	0,19
057-4	140520	600,00	0,05
060-4	140562	267.809,51	23,65
061-2	140570	3.990,37	0,35
062-0	140589	4.080,00	0,36
063-9	140597	180,00	0,01
065-5	140619	31,05	0,00
068-0	139009	32.320,00	2,85
<b>TOTAL DA ARRECADACÃO</b>		<b>1.132.184,47</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO A.5 - UNIDADE ARRECADADORA: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PORTO SEGURO**

Código de Receita	Código da STN	Valor Arrecadado	Percentual em relação ao valor total arrecadado
001-9	140015	455.444,03	59,09
002-7	140023	468,21	0,06
004-3	140040	33.867,19	4,39
005-1	140058	539,91	0,07
006-0	140066	12.954,00	1,68
007-8	140074	1.836,00	0,23
008-6	140082	18.340,72	2,37
009-4	140090	8.375,00	1,08
012-4	140120	48.077,01	6,23
013-2	140139	3.050,30	0,39
016-7	140163	258,13	0,03
024-8	140244	4.256,40	0,55
025-6	140252	8.299,98	1,07
026-4	140260	1.404,60	0,18
027-2	140279	1.915,44	0,24
029-9	140295	3.724,35	0,48
032-9	140325	1.840,72	0,23
033-7	140333	888,52	0,11
015-9	140155	915,30	0,11
035-3	140350	1.404,48	0,18
036-1	140368	74.487,00	9,66
038-8	140384	1.000,00	0,12
039-6	140392	60,00	0,00
041-8	140414	51.114,28	6,63
042-6	140422	2.483,25	0,32
043-4	140430	1.158,85	0,15
045-0	140457	827,75	0,10
049-3	140490	1.241,63	0,16
057-4	140520	1.500,00	0,19
059-0	140546	120,00	0,01
061-2	140570	1.331,19	0,17
062-0	140589	2.520,00	0,32
064-7	140600	840,00	0,10
065-5	140619	310,50	0,04
068-0	139009	23.320,00	3,02
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>		<b>770.706,79</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO A.6 - UNIDADE ARRECADADORA: DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA**

Código de Receita	Código da STN	Valor Arrecadado	Percentual em relação ao valor total arrecadado
001-9	140015	487.885,03	59,13
02-7	140023	156,07	0,01
004-3	140040	23.410,50	2,83
005-1	140058	719,88	0,08
006-0	140066	2.652,00	0,32
008-6	140082	6.328,84	0,76
009-4	140090	938,00	0,11
012-4	140120	13.292,61	1,61
013-2	140139	1.220,12	0,14
014-0	140147	183,01	0,02

015-9	140155	183,06	0,02
016-7	140163	366,12	0,04
024-8	140244	2.128,20	0,25
025-6	140252	20.430,72	2,47
026-4	140260	936,40	0,11
027-2	140279	6.225,18	0,75
028-0	140287	1.123,68	0,13
029-9	140295	1.915,38	0,23
030-2	140309	561,84	0,06
032-9	140325	3.064,32	0,37
033-7	140333	888,52	0,10
035-3	140350	702,24	0,08
036-1	140368	167.063,70	20,24
038-8	140384	1.000,00	0,12
041-8	140414	5.095,37	0,61
042-6	140422	1.324,50	0,16
043-4	140430	165,55	0,02
049-3	140490	1.324,40	0,16
057-4	140520	1.620,00	0,19
060-4	140562	25.891,70	3,13
062-0	140589	1.020,00	0,12
063-9	140597	420,00	0,05
064-7	140600	60,00	0,00
065-5	140619	31,05	0,00
068-0	139009	42.760,00	5,18
069-8	202045	1.561,60	0,18
<b>TOTAL DA ARRECAÇÃO</b>		<b>825.057,59</b>	<b>100,00</b>

**QUADRO A.7 - TABELA DE RECEITAS POR DIVISÃO MIGRAÇÃO - CGPI**

CÓDIGO SIAR	CÓDIGO STN	INCI-DÊNCIA	FATO GERADOR	VALOR
001-9	140015	Taxa	Concessão de passaporte comum padrão ICAO	156,07
			Concessão de passaporte comum - complementar	46,82
			Concessão de passaporte comum padrão ICAO – entrega urgente	202,89
			Concessão de passaporte comum de emergência	202,89
002-7	140023	Taxa	Concessão de passaporte para estrangeiro	156,07
003-5	140031	Taxa	Concessão de Laissez-passer	156,07
004-3	140040	Taxa	Concessão novo passaporte sem apresentação do anterior válido ou não	312,14
005-1	140058	Taxa	Pedido de naturalização	179,97
006-0	140066	Taxa	Pedido de permanência	102,00
007-8	140074	Taxa	Pedido de transformação de visto	102,00
008-6	140082	Taxa	Registro de estrangeiros/restabelecimento de registro	64,58
009-4	140090	Taxa	Pedido de prorrogação de prazo de estada	67,00
010-8	140104	Taxa	Averbação de nacionalidade	18,78
011-6	140112	Taxa	Pedido de alteração de assentamentos	36,60
012-4	140120	Taxa	Carteira de estrangeiro 1ª via	124,23
013-2	140139	Taxa	Carteira de estrangeiros (outras vias)	305,03
014-0	140147	Taxa	Recadastramento de estrangeiros	183,01
015-9	140155	Taxa	Pedido de republicação do despacho	183,06
016-7	140163	Taxa	Pedido de reconsideração de despachos ou recursos	75,07
			Pedido de reconsideração para prorrogação	183,06
			Pedido de reconsideração para permanência	359,92
			Pedido de desarquivamento de naturalização	
017-5	140171	Taxa	Cédula de Identidade (asilado/refugiado)	35,00
018-3	140180	Taxa	Expedição de carteira de estrangeiro fronteiriço	63,85
019-1	140198	Taxa	Fiscalização de embarcações em viagem de curso internacional	532,05

020-5	140201	Taxa	Expedição de certificado de cadastro e vistoria de empresas de transporte marítimo internacional	1.064,10
021-3	140210	Taxa	Expedição de certificado de cadastro e vistoria de empresas de transporte aéreo internacional	1.064,10
022-1	140228	Taxa	Expedição de certificado de cadastro e vistoria de empresas de transporte terrestre internacional	1.064,10
023-0	140236	Taxa	Expedição de certificado de cadastro de entidade nacional e estrangeiro que atuem em adoções internacionais de crianças e adolescentes	212,82
041-8	140414	Multa	Demorar-se no Território Nacional após esgotado o prazo legal de estada (Mínimo: 8,28 – Máximo: 827,75)	8,28
042-6	140422	Multa	Deixar de registrar-se no órgão competente, dentro do prazo estabelecido no Artigo 30 da Lei 6.815/80 (Mínimo: 8,28 – Máximo: 827,75)	8,28
043-4	140430	Multa	Deixar de cumprir o disposto nos Artigos 96, 102 e 103 da Lei 6.815/80 (Mínimo: 165,55 – Máximo: 827,75)	165,55
044-2	140449	Multa	Deixar a empresa transportadora de atender à manutenção ou promover a saída do território do clandestino ou do impedido (R\$ 2.483,26 por passageiro)	2.483,26
045-0	140457	Multa	Transportar para o Brasil estrangeiro que esteja sem a documentação em ordem (R\$ 827,75 por estrangeiro)	827,75
046-9	140465	Multa	Empregar ou manter em seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada (R\$ 2.483 por estrangeiro)	2.483,26
047-7	140473	Multa	Infringir o disposto no Art 25 da Lei 6.815/80 (R\$ 413,88 por bilhete de viagem)	413,88
048-5	140481	Multa	Infringir o disposto nos Artigos 45 e 48 da Lei 6.815/80 (Mínimo: 413,88 – Máximo: 827,75)	413,88
049-3	140490	Multa	Infringir ou deixar de observar qualquer disposição da Lei 6.815/80 ou Decreto 86.715/81 (Mínimo: 165,55 – Máximo: 413,88)	165,55
050-7	140503	Multa	Infração constatada por inobservância de quaisquer situações discriminadas no Artigo 2º da Lei complementar nº 89/97 (Mínimo: 127,69 – Máximo: 2.128,20)	127,69
065-5	140619	Taxa	Carteira de estrangeiro – Decreto 6.893/2009	31,05
066-3	200506	Taxa	Indenização de passagens e diárias relacionadas à deportação	Variável

#### QUADRO A.8 - SEGURANÇA PRIVADA – CGCSP (DELESP)

024-8	140244	Taxa	Vistoria das instalações de empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	1.064,10
025-6	140252	Taxa	Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	638,46
026-4	140260	Taxa	Renovação de certificados das instalações da empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	468,20
027-2	140279	Taxa	Renovação de certificado de vistoria de veículos especiais de transporte de valores	159,62
028-0	140287	Taxa	Autorização para compra de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga	187,28
029-9	140295	Taxa	Autorização para transporte de armas, munições, explosivos e apetrechos de recarga	106,41
030-2	140309	Taxa	Alteração de atos constitutivos	187,28
031-0	140317	Taxa	Autorização para mudança de uniforme	187,28
032-9	140325	Taxa	Registro de certificado de formação de vigilantes	5,32
033-7	140333	Taxa	Expedição de alvará de funcionamento de empresa de segurança privada ou de empresa que mantenha segurança própria	888,52
034-5	140341	Taxa	Expedição de alvará de funcionamento de escola de formação de vigilantes	532,05
035-3	140350	Taxa	Expedição de carteira de vigilante	10,64
036-1	140368	Taxa	Vistoria de estabelecimentos financeiros por agência ou posto	1.064,10
			Vistoria de cooperativa singular de crédito	319,23

060-4	140562	Multa	Multa instituições financeiras e seus estabelecimentos por agência, unidade ou posto (Mín: 1.064,10 – Max: 21.282,00)	1.064,10
061-2	140570	Multa	Multa segurança privada, categoria vigilante, transporte valores e cursos de formação (Min: 532,05 – Max: 5.320,50)	532,05

#### QUADRO A.9 - SERVIÇO NACIONAL DE ARMAS – SINARM

038-8	140384	Taxa	Expedição de porte de arma	1.000,00
039-6	140392	Taxa	Expedição de 2ª via de porte federal de arma	60,00
040-0	140406	Taxa	Renovação de porte de arma	1.000,00
057-4	140520	Taxa	Registro de arma de fogo	60,00
059-0	140546	Taxa	Expedição de 2ª via de registro de arma de fogo	60,00
062-0	140589	Taxa	Renovação do Certificado de registro de arma de fogo	60,00
063-9	140597	Taxa	Registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	60,00
064-7	140600	Taxa	Renovação do certificado de registro de arma de fogo para empresa de segurança privada e de transporte de valores	60,00

#### QUADRO A.10 - QUÍMICOS

068-0	139009	Taxa	Taxa de controle e fiscalização de produtos químicos	Variável
069-8	202045	Multa	Multa por auto de infração	Variável

#### QUADRO A.11 - OUTROS

067-1	28802-0	Taxa	Receita de aluguéis	Variável
054-0	28883-7	Taxa	Receitas provenientes de inscrição em concurso público	Variável
070-1	28965-5	Outros	Receita proveniente da alienação de veículos	Variável
072-8	28966-3	Outros	Receita proveniente da alienação de móveis e utensílios	Variável